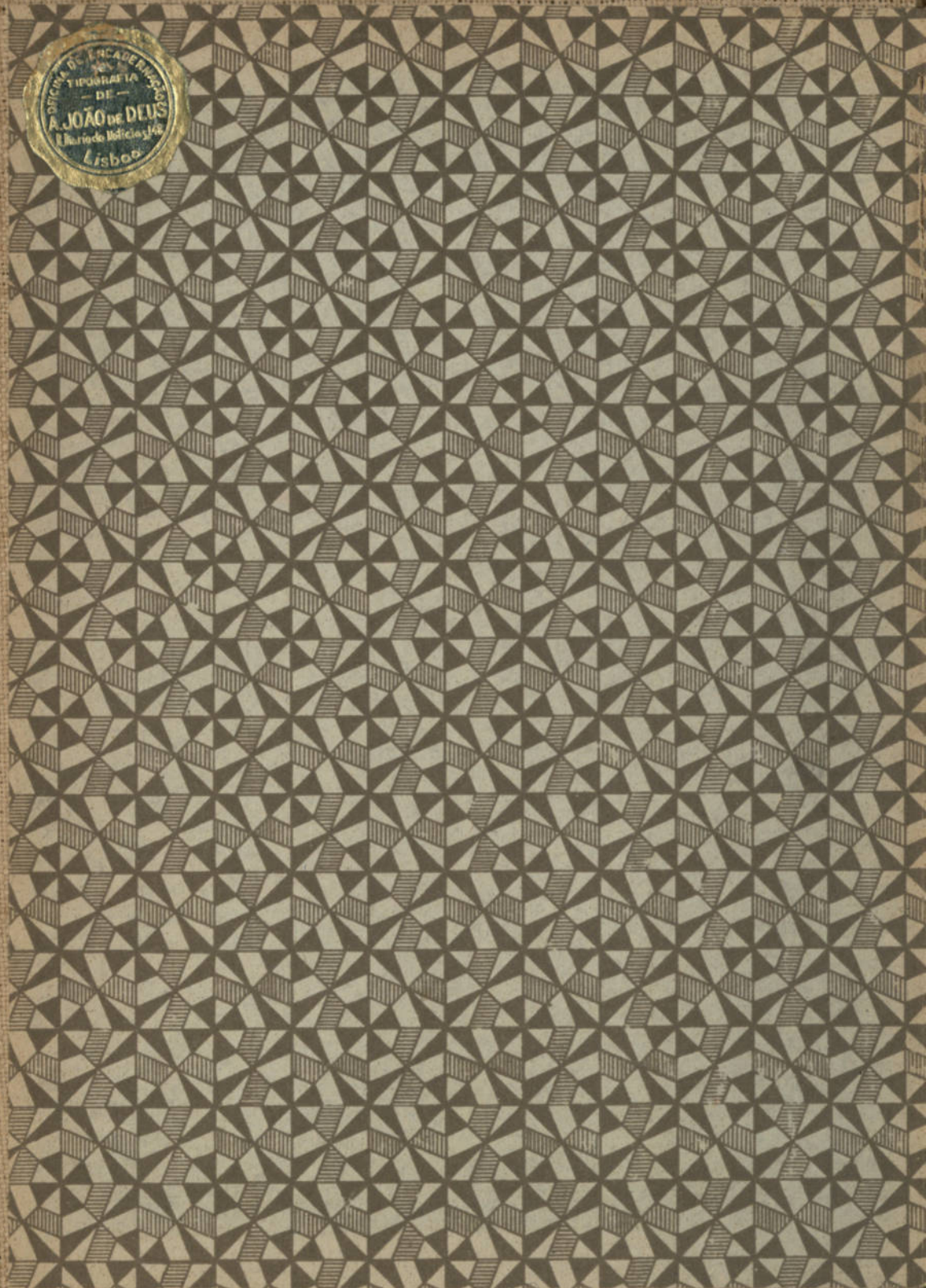


389

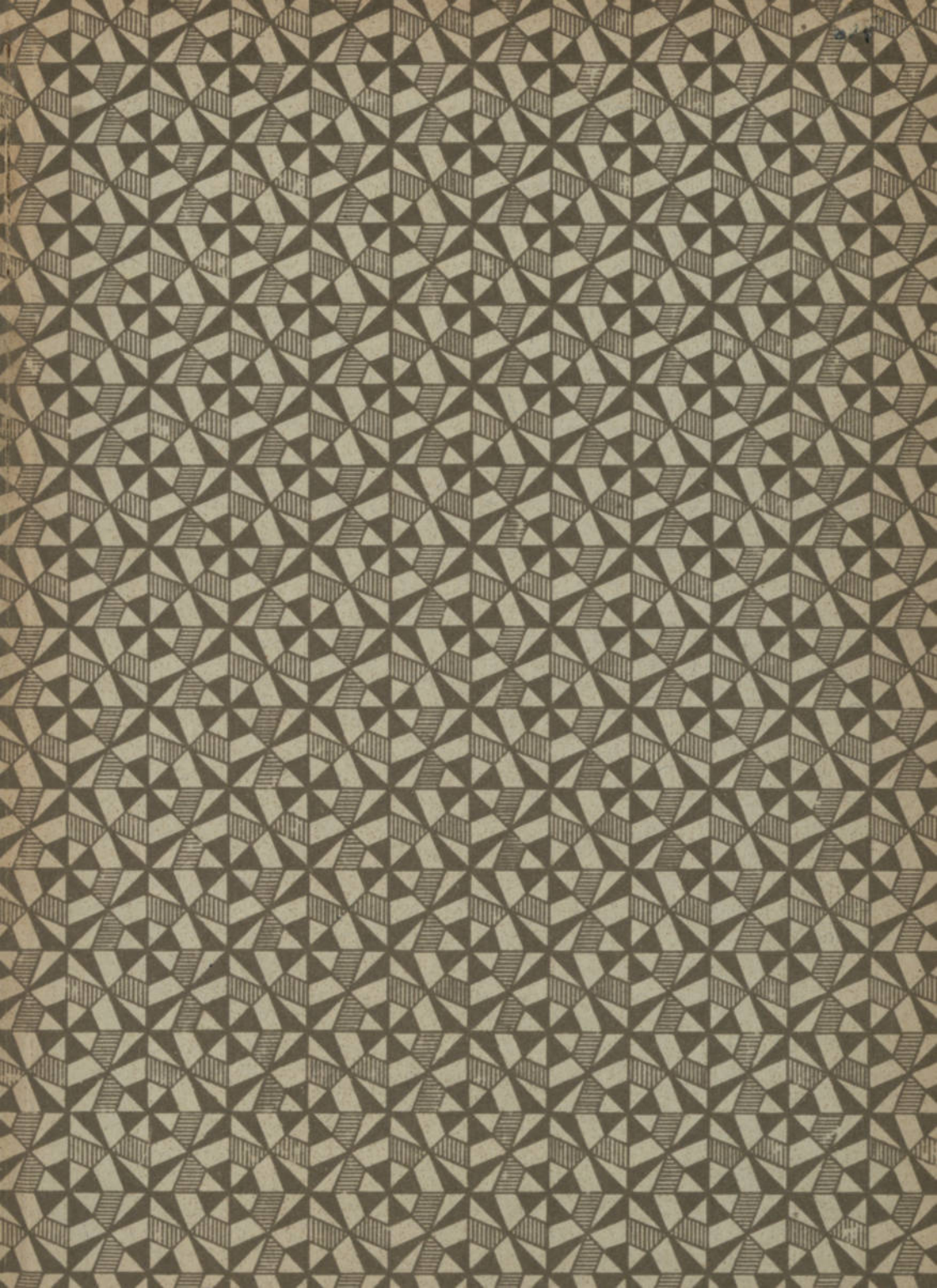
GOA  
E A  
UNIÃO INDIANA  
ASPECTOS JURÍDICOS

S  
N  
I













GOA  
E A  
UNIÃO INDIANA

ASPECTOS JURÍDICOS

*DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE  
DO CONSELHO, EM 10 DE AGOSTO DE 1954, AO MICROFONE  
DA EMISSORA NACIONAL*



SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

L I S B O A   •   1 9 5 4

5.N.5  
H.2  
I.N.5

INCORPORAÇÃO

325

COA

SA

UNIAO INDIANA

ARQUITOS JURIDICOS

CONSTITUICAO DO ESTADO DO PARANÁ  
DE 1889

CONSTITUICAO DO ESTADO DO PARANÁ

DE 1889



O PENSAMENTO DE SALAZAR

GOA  
E A  
UNIÃO INDIANA  
ASPECTOS JURÍDICOS

*DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE  
DO CONSELHO, EM 10 DE AGOSTO DE 1954, AO MICROFONE  
DA EMISSORA NACIONAL*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

L I S B O A     •     1 9 5 4





## I

Na minha exposição de 12 de Abril tive a intenção de tocar sobretudo os aspectos económico, político e moral do caso de Goa.

Demonstrei que o pequeno Estado da Índia nada pesava demográfica, económica e financeiramente no todo português, não se auferindo dali quaisquer rendimentos, antes continuando a constituir pesado ónus para o Tesouro da Metrópole. A afirmação de não se encontrar em Goa nenhum traço de colonialismo ou de imperialismo económico ou político não pôde ser contestada. Os goeses são cidadãos portugueses sem diferenças ou diminuição em relação a quaisquer outros; cursam as mesmas escolas; fazem livremente a sua vida; concorrem para a formação dos órgãos constitucionais e têm neles assento; ascendem às mais altas situações profissionais e aos mais altos postos políticos tanto na Metrópole como no Ultramar, e não só na sua terra, como alguns cuidariam. As discussões sobre regimes de maior ou menor autonomia na administração não passaram nunca de disputas familiares, sem transcender as fronteiras nem atingir a estrutura nacional. De facto, a massa da população, há mais de 400 anos portuguesa, nunca desejou ser outra coisa, nunca repudiou a nacionalidade e em toda a parte se orgulha da que possui, como nestes perturbados momentos inequivocamente demonstra.

A constituição desta comunidade indo-portuguesa no litoral do Indostão é um fenómeno que tem, pelo menos, a mesma legitimidade histórica que a União Indiana, aparecida quatro séculos mais tarde. Como realidade sociológica e política, não se podem fechar os olhos à sua existência nem se encontra fundamento para pretensão que lhe recuse o direito de existir, politicamente enquadrada no país que lhe deu o ser. Se temos dificuldade em compreender o pretensu anacronismo da sua base territorial dispersa e longínqua, também não compreenderemos que as ilhas Hawai venham a ser um estado da federação norte-americana; e se vemos um óbice em estar a pequena província incrustada no Indostão, teremos de concluir que o Alasca não pode deixar de pertencer ao Canadá.

Nos mares e terras do Oriente, a Índia Portuguesa representa um tipo bem definido de cultura e de civilização, uma característica expressão ocidental. Pequena e modesta que seja, tem sido e pode continuar a ser ponto de encontro e traço de ligação entre o Oriente e o Ocidente; não serve de apoio a política ou sentimentos hostis para com as populações que povoam o subcontinente indiano; é o veículo de uma chama de fé, o fermento de uma concepção diferente de vida.

Por tais motivos, concluía não poder o destino do nosso Estado da Índia ser objecto de negociações em que Portugal dele abrisse mão, como coisa a dar ou a vender: seria uma negociação sobre objecto impossível. Mas por afirmá-lo com clareza fomos acusados no Congresso Indiano de revelar mentalidade do século XVI ou XVII. Há na acusação equívoco manifesto, pois precisamente o que então podia fazer-se e algumas vezes se fez, não poderá hoje ser feito, por contrário aos princípios do moderno direito público. E ilustro a afirmação com uma frase do inglês Toynbee, na sua *História*: «uma convenção por força da qual províncias e habitantes fossem transferidos de um possuidor a outro, como terras com seus gados, revolta a nossa sensibilidade formada na escola democrática.» (*L'Histoire*, trad. de E. Julia, 1951, pág. 315.)



Era, pois, imprescindível salvaguardar a soberania portuguesa. Mas, afirmada esta, reconhecia lealmente haver numerosos problemas nascidos da vizinhança e contiguidade dos territórios e que ofereciam largo campo a negociações e a acordos: políticos, como os de segurança, económicos e culturais. Estas sugestões e boa disposição nossa não tiveram, porém, até hoje, seguimento ou resposta.

## II

Obcecada pela política da anexação a que chama eufemisticamente «integração pacífica» dos territórios portugueses, a União Indiana vem percorrendo fria e persistentemente o caminho que vai das simples ameaças e das manifestações de má vizinhança aos actos agressivos à soberania portuguesa. E porque parece fazê-lo com certo desconhecimento das suas responsabilidades, será conveniente focar, embora em ligeiro apontamento, alguns aspectos jurídicos da questão.

Não se veja nisto pedantismo ou impertinência. O Primeiro Ministro, Sr. Nehru, embaraça-se bastante, a nosso ver, quando pretende enquadrar em princípios jurídicos alguns dos seus propósitos políticos. Não é razão bastante a confissão que, no seu livro de memórias faz, de ter concluído o curso de direito «sem glória e também sem desdouro» (*Ma vie et mes prisons*, pág. 37). Ter ainda esquecido na sua agitada vida política o que dos mestres aprendeu não é tão-pouco desculpa, quando se tem a responsabilidade de um grande Estado e se faz alarde de elevadas posições doutrinárias.

Na sua longa e dolorosa via a humanidade foi pouco a pouco apurando certo número de regras pelas quais se rege a convivência e se regulam as relações recíprocas das sociedades humanas, assim criando um estado de direito. O processo não findou, mas as nações civilizadas entendem do seu dever e interesse submeter-se a esse conjunto de normas, e todas vêm na

observância do direito, as grandes boa parte da sua segurança, as pequenas a garantia da sua própria existência.

A União Indiana encontrou, ao formar-se, uma sociedade internacional já constituída, e cuja simples existência impõe a todos, na sua vida de relações externas, certa disciplina jurídica. Pelo acto da sua constituição em Estado soberano e muito especialmente pela sua entrada na Organização das Nações Unidas, a União Indiana ficou obrigada a mover-se não só no âmbito do direito por ela mesma contratualmente formado, mas no do direito preexistente e aplicável a todos os membros civilizados da sociedade internacional. Afirmar, como se afirmou em Nova Delhi, que, aparecendo no século xx, a União nada tem que ver com os tratados ou regras de direito anteriores à sua própria formação pode ser uma resposta expedita que liberte de embaraços ocasionais, mas não pode sustentar-se em termos de direito.

E já agora, antes de examinarmos como a União tem cumprido algumas normas desse direito nas suas relações com Portugal, façamos ainda, à margem do problema, duas ou três pequenas notas.

A União Indiana e o Paquistão surgem na história e no direito como o resultado de um acto de vontade concordante da Nação Britânica e da população existente em determinado território — população e território que não podiam deixar de ser os que constituíam o Império das Índias. Pensar que esse acto transcendental que deu origem a dois grandes Estados independentes tem alguma coisa que ver com Portugal ou a Índia Portuguesa é uma enormidade jurídica. O fenómeno paralelo, se fosse possível, passar-se-ia como assunto interno do Estado Portuguez, não entre a União Indiana e Portugal.

Outra nota. Este problema dos territórios estrangeiros afirma-se na União Indiana, umas vezes como estranha imagem literária, outras como ponto do programa revolucionário da independência. As «feias verrugas no lindo rosto da Índia» excitam, parece, os oradores políticos que, em idêntica ordem de ideias, têm de considerar o Paquistão e o Ceilão como chagas



repelentes no mesmo formosíssimo rosto, e daí, transposto o caso da literatura para a política, a União Indiana poderá tirar mais tarde algumas conclusões. Sem discutir a propriedade da imagem, é evidente não constituírem as fórmulas poéticas suficiente fonte de direito, e temos de lamentar que na União Indiana a literatura domine a política e seja a sua doce poesia a disparar armas de fogo contra pacíficos portugueses.

Como ponto de programa revolucionário, a libertação de territórios também não é relevante para os estranhos ao Império Britânico de que a União se desprende, pois precisamente o primeiro dever desta é o respeito pelas soberanias preexistentes que dele não dependiam. Constituída em Estado, a União Indiana encontrou-se, quanto a Goa, em face de uma soberania estrangeira, e por esta razão algumas ingerências abusivas em nome daquele programa não são assunto de política interna e caem sob a alçada do direito internacional.

Mas revertamos ao ponto principal: ver à face do direito o comportamento da União Indiana para com a Nação Portuguesa.

### III

Por mais esforços que os serviços de imprensa da União tenham desenvolvido em todos os países para apresentar a seu modo os acontecimentos e a atitude do seu governo, a consciência geral está já neste momento formada no sentido seguinte que corresponde fielmente aos factos verificados:

- 1.º — existência de ameaças permanentes, seguidas de actos de execução hostis aos interesses e à vida das populações da Índia Portuguesa e dos goeses existentes em território da União;
- 2.º — estabelecimento de bloqueio terrestre, realizado administrativamente, em relação aos territórios portugueses;

- 3.º — propaganda e permissão da organização, no seu território, de bandos armados, pretensamente constituídos por goeses, mas de facto, na sua quase totalidade, por indivíduos estranhos à comunidade portuguesa, para movimentos subversivos na nossa Índia;
- 4.º — protecção e apoio ostensivo de forças policiaes ou outras forças armadas à invasão dos territórios da Índia Portuguesa por parte dos mesmos bandos, e isolamento dos territórios assaltados de modo que não possam ser assistidos pelas autoridades portuguesas;
- 5.º — colaboração em actos de pretensa libertação dos territórios assaltados;
- 6.º — propaganda, organização e apoio a demonstrações ou movimentos de exteriorização pacífica mas de índole subversiva, para se desenvolverem nos territórios portugueses movimentos idênticos aos que o Primeiro Ministro, Sr. Nehru (*Ma vie et mes prisons*, pág. 264), considera de acção directa e revolucionária e, como tal, passíveis de legítima repressão do Estado desacatado, doutrina que é exacta e, diga-se de passagem, não lhe permite responsabilizar-nos pelos resultados.

E tudo isto com o fim de anexar territórios em relação aos quais a soberania portuguesa não sofre, nem sofreu nunca da parte da União Indiana, a menor contestação. A confissão do propósito é de tal modo insistente que não pode ser desconhecido; a maneira «pacífica» de atingi-lo, aquela que indiquei, com os desenvolvimentos possíveis contidos em repetidas ameaças.

Tudo são actos que a consciência e a moral das Nações reprovam e que, por esse facto e só porque violam o direito de outro Estado, se consideram proibidos pelo direito internacional. Com efeito, neste o princípio fundamental, o ponto de partida aceite e reconhecido pela generalidade da doutrina e jurisprudência



dência internacionais, é o respeito pelos direitos alheios. E não só pela doutrina e a jurisprudência, mas pelas convenções.

Pelo artigo 2.º do Pacto das Nações Unidas, de que a União Indiana faz parte, os membros da organização abstêm-se, nas suas relações internacionais, de recorrer à ameaça e ao emprego da força, quer contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, quer por qualquer outra forma incompatível com os fins das Nações Unidas; e estes fins são, segundo o artigo 1.º do mesmo Pacto, manter a paz e a segurança internacionais, desenvolver entre as nações relações amigáveis, realizar a cooperação internacional.

No preâmbulo da Carta das mesmas Nações Unidas, através do qual se pode bem ajuizar do espírito que a informa, fala-se na resolução de as Nações praticarem a tolerância, e viverem em paz umas com as outras com espírito de boa vizinhança; e a *Declaração* do Rio de Janeiro de 1947 definiu «a política de boa vizinhança» como «a expressão do respeito devido ao direito fundamental dos Estados». Nenhuma dúvida há de que este direito fundamental dos Estados, como direito natural, subsiste independentemente de convenções particulares e compreende o de conservação e o de autonomia e independência.

Os chamados princípios fundamentais ou básicos da convivência internacional são tão evidentes à consciência dos povos e impõem-se de tal modo a todos que a União Indiana e a China os enumeraram no acordo acerca do Tibete e aos mesmos se referiram expressamente ao findar a recente conferência de Nova Delhi. Com ênfase e como quem faz uma descoberta preciosa, lhes atribuem a virtude, na verdade indiscutível, de constituírem sólidos alicerces para a paz e a segurança, se aplicados nas relações internacionais. Vale a pena referi-los: mútuo respeito pela integridade territorial e pela soberania; não agressão; não interferência nos negócios internos da outra parte; igualdade e benefícios recíprocos; coexistência pacífica.

Existem, pois, os princípios e, por felicidade, expressamente aceites ou proclamados pela União Indiana. Basta agora cotejá-

-los com os factos enunciados acima para se concluir que a União Indiana se apostou, sobretudo nos últimos tempos, em violar nas suas relações com Portugal os deveres que lhe incumbem como membro da sociedade internacional, e muito especialmente como membro das Nações Unidas, por ironia das coisas colocado neste momento na presidência da sua assembleia geral.

Do não cumprimento ou da violação dos princípios aludidos deriva serem responsáveis os Estados: a jurisprudência internacional tem considerado sempre como fundamento de responsabilidade o não cumprimento das regras do direito internacional e toda a acção ou omissão contrária às obrigações internacionais, seja qual for a autoridade do Estado donde provém a acção ou omissão. E sempre vemos considerados como factos determinantes da responsabilidade dos Estados a invasão, o ataque à mão armada, o apoio dado a bandos armados, qualquer uso da força directo ou indirecto.

Seja ainda qual for no nosso tempo a precariedade e inconsistência de sanções na vida internacional, julgo haver vantagem na denúncia de actos tão claramente contrários ao direito como os praticados pela União Indiana. Seria verdadeiramente para desesperar da justiça que organismos internacionais competentes fugissem, quando instados, a declarar, como aliás desassombadamente o têm já feito várias Nações, que com o seu comportamento em relação à Índia Portuguesa a União Indiana viola o direito e é culpada de actos de agressão.

#### IV

Pergunto a mim próprio se, no conflito enxertado na existência dos pequenos territórios portugueses no Indostão, não haverá causas diferentes daquelas que à primeira vista se enxergam. A política ocidental tem-se desenvolvido para com a União Indiana amigavelmente, carinhosamente, no plano da expectativa



de um comércio intenso, e também no plano mais elevado da preservação de um apoio económico e moral possível em caso de conflito. Seja porém qual for a importância que em tais casos represente o imenso subcontinente, não parece que a isso se possa reduzir o problema; antes as atitudes ou serviços entre-vistos supõem que a solução de outro problema terá sido alcançada ou pelo menos rasgado o caminho para se alcançar.

A União Indiana, acabada de aparecer na história como entidade política independente, parece encontrar-se numa encruzilhada difícil, no mais alto ponto de uma grave hesitação. Do Ocidente tem uns começos de industrialização, a larga túnica dos princípios constitucionais, a ossatura da organização administrativa instituída pela Inglaterra — tudo isto proclamado, impulsionado, garantido, tanto quanto o pode ser, por uma ténue camada política, cujos principais elementos penso serem ainda os educados pelos ingleses, os formados pelos ingleses. Do Oriente, ou seja de si própria, como a vasta profundidade à superfície da qual a política e os políticos se agitam, a Índia possui toda uma estrutura económico-social, e uma formação filosófica e religiosa, que puderam dar carácter a uma civilização, mas não conseguiram, através de muitos séculos, estruturar sólidamente uma Nação e constituir duradouramente um Estado. De modo que a grande ansiedade vem de que ou a Índia refunde e caldeia a sua própria alma ou é de reocar seja outra vez um dia vítima de novas divisões e presa de novos conquistadores. Dos movimentos desencontrados que se verificam nos espíritos dirigentes e nas multidões submetidas nascem as graves discrepâncias entre as afirmações e os factos, as leis e os costumes, os propósitos e as realizações — propósitos pacifistas e realizações inamistosas ou bélicas, liberdades teóricas e odiosas restrições práticas, anseios de progresso humanitário e o peso morto de inúmeras divisões.

A maneira de a União Indiana se imunizar dos perigos que continuarão a ameaçá-la na sua estrutura de Estado e na sua vida de Nação, afigura-se que não é isolar-se numa política de

desconfiança e hostilidade aos países do Ocidente, mas continuar a absorver dele tudo quanto, despido de ambições políticas e de imperialismos ultrapassados, lhe pode facultar em técnica, em instituições jurídicas, em elevação de vida, em princípios de convivência social.

Se a Índia, porém, toma o caminho de segregar-se do mundo em ordem a manter íntegros os princípios em que milenariamente se formou todo o edifício de democratização ou constitucionalização à europeia soçobrará e de todo se esvairão as esperanças depositadas na floração daquela independência, como na das liberdades apregoadas, designadamente em matéria religiosa. A União Indiana seria bem avisada se deixasse para o momento dessa suprema escolha o prosseguimento de uma política a que, mesmo à parte os agravos ao direito, falta no momento presente lógica e justiça.

Se a algum país ocidental pode a Índia estender sem receio a mão em território contíguo ao seu próprio território; se alguém pode, sem fazer agravo ou sombra, nem constituir fonte de dissídios ou perigos, representar a luz do Ocidente em terras orientais, esse país é Portugal. As campanhas de ódio de que partem os actos hostis à soberania portuguesa, são na União Indiana uma arma de pequena política, de modo algum séria razão de Estado. E é por isto que, mesmo nestes momentos, me custa abandonar toda a esperança e a confiança que tenho depositado na clarividência dos supremos responsáveis pela direcção daquele País.

## V

Neste lamentável conflito que a União Indiana nos impõe temos sem dúvida a razão do nosso lado. Para saná-lo, para evitar que chegue às últimas consequências, o Governo tem lançado incansavelmente mão de todos os meios — políticos, diplomáticos, militares — de que pode dispor, sem se arredar da prudência que as circunstâncias lhe impõem e da linha de digni-



dade exigida pela justiça da causa e pelo carácter sagrado do nosso direito.

A reacção internacional revela compreensão e simpatia: em numerosos países a questão é seguida com o maior interesse, mais por amor da justiça e pelo prestígio do direito do que pelo peso dos interesses materiais em causa. As provas de apoio e carinho, vindas daqui e dali, e não só dos países em que existem vínculos políticos especiais que os expliquem, como são os casos do Brasil, da Inglaterra ou da Espanha, representam que, no abatimento actual, há, apesar de tudo, fortes solidariedades morais que despertam, mal se enxerga a iminência de perigos comuns.

Em tão grave emergência tudo, pois, se tem mobilizado, menos a consciência da Nação. Essa irrompeu espontânea, fortemente, desde o primeiro momento, com vibrações que não lhe conhecíamos, mas sabíamos existirem no fundo da alma portuguesa. A pequena Índia vive no coração de Portugal e nunca tão forte unanimidade se revelou entre todos os Portugueses como quando pressentiram que podia correr perigo. De toda a parte, do Ultramar e de países estrangeiros, chega-nos o mesmo apelo, o mesmo grito: guardar-se Goa, com os haveres, as armas, os peitos, os novos e os velhos, as orações e os sacrifícios, como o mais caro tesouro da família e da história lusíada. Penso não haver um português que não compartilhe deste sentimento e não vibre, sejam quais forem as suas divergências ideológicas ou políticas, com uma questão que é, em verdade, uma questão nacional.

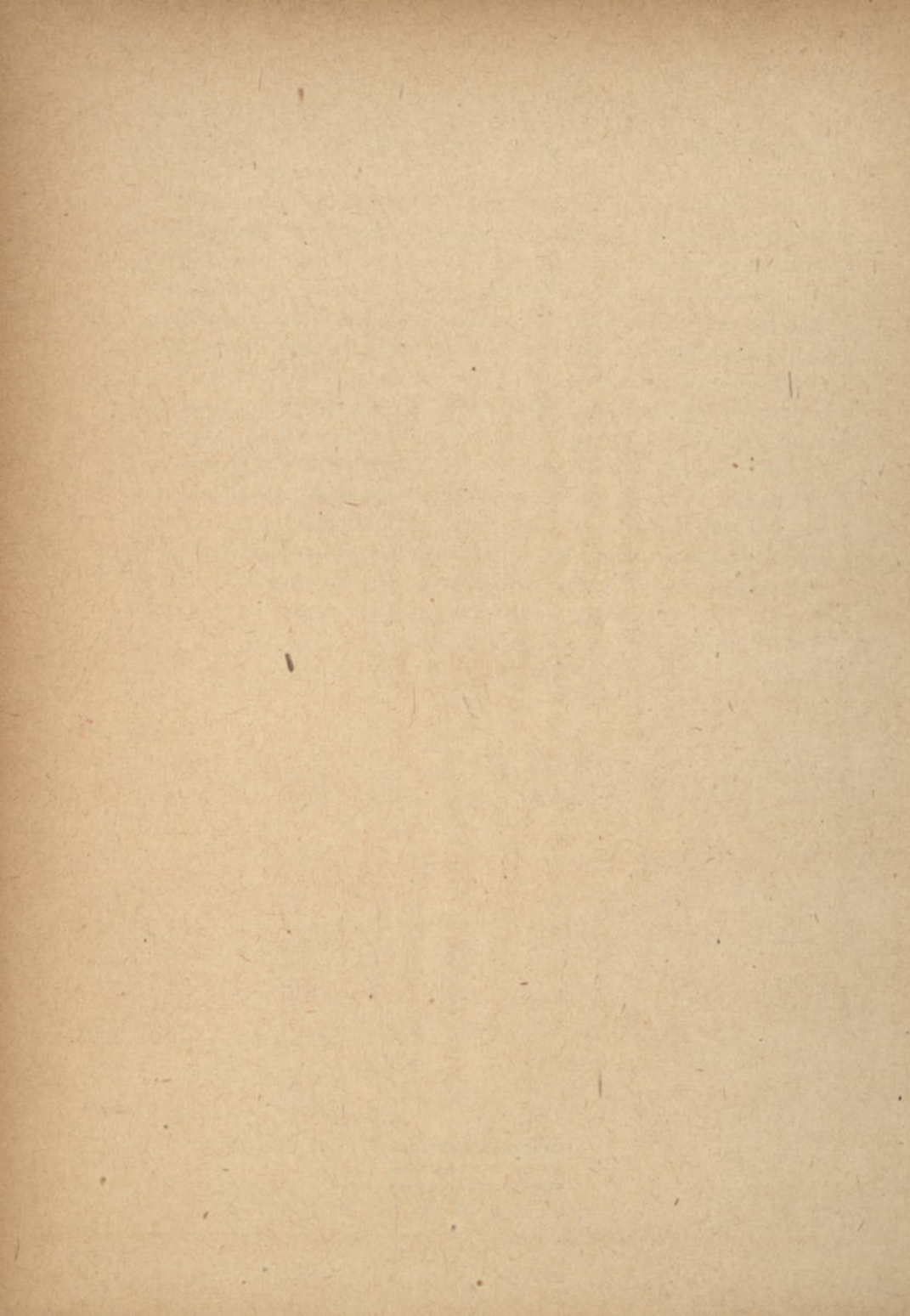
Quando grandes nações se dispõem a arrastar os pequenos povos para tão graves conjunturas, de muitos lados se ouvem apelos à necessidade de ser realista. Sem dúvida, o realismo é uma saudável e equilibrada atitude do espírito, mas aplica-se às coisas e aos factos e não ao domínio moral. O direito permanece o direito, mesmo que não haja força bastante para impô-lo ou que razões geográficas impeçam o seu uso em toda

a plenitude; o dever permanece dever, mesmo quando cumpri-lo represente um sacrificio inútil na escala corrente dos valores.

Nós seremos realistas em compreender que a União Indiana pode, quando se coloque à margem da moral e do direito, tornar praticamente inoportável a vida nos minúsculos territórios portugueses: tem por ela a superioridade da iniciativa, a proximidade, a sua própria grandeza e força material. Mas a União Indiana será por seu lado realista, se tiver em conta a reprovação da consciência geral. Será realista, se vir claro que os seus legítimos interesses de Estado vizinho são conciliáveis com a existência de Goa, e muitos prejudicará sem remédio ali e noutros pontos se a desconhecer. Será ainda realista, se compreender que não há do nosso lado o capricho de um governo, mas o inequívoco imperativo de uma Nação que considera dever à dignidade denunciar os agravos ao direito e defender o seu território. Correu já sangue na Índia? A Índia conhece bem o sangue português — no mar e em terra, nas veias, nas almas.



OFICINAS GRÁFICAS  
CASA PORTUGUESA  
RUA DAS GÁVEAS, 103  
L I S B O A







EDIÇÕES

**S·N·I**

LISBOA



EL PENSAMIENTO DE SALAZAR

GOA  
Y LA  
UNIÓN INDIANA

(ASPECTOS JURÍDICOS)

*DISCURSO PRONUNCIADO ANTE LOS MICRÓFONOS DE LA EMISORA  
NACIONAL DE LISBOA, POR S. E. EL PRESIDENTE DEL CONSEJO,  
EL DÍA 10 DE AGOSTO DE 1954*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

L I S B O A   •   1 9 5 4





EL PENSAMIENTO DE SALAZAR

GOA

Y LA

UNIÓN INDIANA

(ASPECTOS JURÍDICOS)

*DISCURSO PRONUNCIADO ANTE LOS MICRÓFONOS DE LA EMISORA  
NACIONAL DE LISBOA, POR S. E. EL PRESIDENTE DEL CONSEJO,  
EL DÍA 10 DE AGOSTO DE 1954*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO  
L I S B O A   •   1 9 5 4





## I

En mi exposición de 12 de Abril tuve la intención, sobre todo, de tocar los aspectos económico, político y moral del caso de Goa.

Demostre que el pequeño Estado de la India nada pesaba demográfica, económica y financieramente en el «todo» portugués, sin obtenerse de allí rendimiento alguno, antes bien constituyendo una pesada carga para el Tesoro de la metrópoli. La afirmación de no encontrarse en Goa ningún trazo de colonialismo o de imperialismo económico o político es incontestable. Los goeses son ciudadanos portugueses sin diferencias o disminuciones en relación con cualquier otros; cursan en las mismas escuelas; hacen libremente su vida; concurren a la formación de los órganos constitucionales y en ellos tienen asiento; ascienden a las más altas situaciones profesionales y a los más altos puestos políticos, tanto en la metrópoli como en Ultramar y no tan sólo en su tierra, cual algunos pudieran entender. Las disensiones sobre regímenes de mayor o menor autonomía en la administración nunca pasaron de meras discusiones familiares, sin trascender fronteras ni alcanzar a la estructura nacional. De hecho, la masa de la población portuguesa desde hace más de cuatrocientos años nunca deseó ser otra cosa, nunca repudió la nacionalidad y se enorgullece en todas partes de la que posee, cual inequívocamente demuestra en estos perturbados momentos.

La constitución de esta comunidad indo-portuguesa en el litoral indostánico es un fenómeno que tiene, cuando menos, la misma legitimidad histórica que la Unión Indiana, surgida cuatro siglos más tarde. Como realidad sociológica y política no se puede cerrar los ojos a su existencia, ni se encuentra fundamento alguno para pretensión que le recuse el derecho de existir políticamente encuadrada en el país que le dió el ser. Si nos resulta difícil comprender el pretense anacronismo de su base territorial dispersa y lejana, más lo será el comprender que las islas Hawai sean un Estado de la confederación norteamericana; y si vemos un óbice en que la pequeña provincia esté incrustada en el Indostán, concluiremos por decidir que Alaska no puede dejar de pertenecer al Canadá.

En los mares y tierras de Oriente, la India Portuguesa representa un tipo bien definido de cultura y civilización, una característica expresión occidental. Por pequeña y modesta que sea, ha sido y puede continuar siendo punto de encuentro y nudo de enlace entre Oriente y Occidente; no sirve de apoyo a política o sentimientos hostiles para con las poblaciones que pueblan el subcontinente indio; es el vehículo de una llama de fe, el fermento de una concepción diferente de vida.

Por tales motivos, concluía que el destino de nuestro Estado de la India no puede ser objeto de negociaciones, en las que Portugal abriese la mano, como cosa que se puede dar o vender: sería negociación sobre objeto imposible. Pero he aquí que por afirmarlo con toda claridad fuimos acusados en el Congreso hindú de revelar una mentalidad del siglo XVI o del XVII. Existe manifiesto equívoco en la acusación, pues precisamente lo que entonces se podía hacer, y algunas veces se hizo, no podrá hacerse hoy, por ser contrario a los principios del derecho público moderno. Ilustro la afirmación con una frase del inglés Toynbee, en su «Historia»: «Una convención, ajuste y concierto, por fuerza de la cual provincias y habitantes fuesen transferidos de un poseedor a otro, como tierras con sus ganados, re-



vuelve nuestra sensibilidad formada en la escuela democrática». ( «L'Histoire», trad. de E. Julia, 1951, pág. 315.)

Era, pues, imprescindible salvaguardar la soberanía portuguesa. Mas, afirmada ésta, reconocía lealmente que existían numerosos problemas nacidos de la vecindad y contigüidad de los territorios y que ofrecían amplio campo a negociaciones y acuerdos, ya políticos, cual los de seguridad, ya económicos y culturales. Sin embargo tales sugerencias y nuestra prometedora actitud no tuvieron, hasta la fecha, ni continuación, ni respuesta.

## II

Obcecada por la política de anexión, a la que llama eufemísticamente «pacífica integración» de los territorios portugueses, la Unión Indiana viene recorriendo fría y persistentemente el camino que va de la simple amenaza y manifestaciones de mala vecindad, a actos agresivos contra la soberanía portuguesa. Y porque parece hacerlo con cierto desconocimiento de sus responsabilidades, será conveniente enfocar, aunque sea en ligero apunte, algunos aspectos jurídicos de la cuestión.

Que no se vea en esto ni pedantería, ni impertinencia. El Primer Ministro, Sr. Nehru, se enmaraña bastante, a nuestro entender, cuando pretende encuadrar en principios jurídicos algunos de sus propósitos políticos. No es razón suficiente la confesión que hace en su libro de memorias, de haber concluído su carrera de Derecho «sin gloria y también sin desdoro». ( «Ma vie et mes prisons», pág. 37.) Además, el haber olvidado en su agitada vida política lo que de sus maestros aprendió tampoco es disculpa, cuando se tiene la responsabilidad de un gran Estado y se hace alarde de elevadas posiciones doctrinales.

En su larga y dolorosa vía la humanidad fué poco a poco perfilando cierto número de reglas por las cuales se rige la convivencia y se regulan las relaciones recíprocas de las sociedades humanas, creando así un estado de derecho. El proceso

aún no terminó, pero las naciones civilizadas entienden que es deber e interés suyo someterse a ese conjunto de normas, y todas ven en la observación de ese derecho las grandes, amplia parte de su seguridad, las pequeñas, la garantía de su propia existencia.

Al formarse la Unión Indiana encontró una sociedad internacional ya constituida y cuya simple existencia impone a todos, en su vida de relaciones exteriores, cierta disciplina jurídica. Por el acto de constituirse en Estado soberano, y muy especialmente por su entrada en la Organización de las Naciones Unidas, la Unión Indiana obligóse no sólo a moverse en el ámbito del derecho por ella contractualmente formado, sino en el del derecho preexistente y aplicable a todos los miembros civilizados de la sociedad internacional. Afirmar, cual se afirmó en Nueva Delhi, que, apareciendo en el siglo xx, la Unión Indiana nada tiene que ver con Tratados y reglas de Derecho anteriores a su propia formación, puede ser expedita respuesta que liberte de embarazosas situaciones ocasionales, pero no puede, en términos de derecho, sustentarse.

Y de momento, antes de examinar cómo la Unión Indiana ha cumplido algunas normas de ese Derecho en sus relaciones con Portugal, tracemos además, y al margen del problema, dos o tres pequeñas acotaciones.

La Unión Indiana y el Pakistán surgen en la Historia y en el Derecho como el resultado de un acto de voluntad concordante de la Nación Británica y de la población existente en determinado territorio — población y territorio que no podían dejar de ser los que constituían el Imperio de la India —. Pensar que ese transcendental acto que dió origen a dos grandes Estados independientes, tiene algo que ver con Portugal o la India portuguesa, es una monstruosidad jurídica. El fenómeno paralelo, de ser posible, tendría que darse como asunto interior del Estado Portugués, no entre la Unión Indiana y Portugal.

Otra acotación: Este problema de los territorios extranjeros se afirma en la Unión Indiana, unas veces como extraña imagen literaria, otras como punto del programa revolucionario de la



independencia. Las «feas verrugas en el lindo rostro de la India» excitan, parece ser, oradores políticos que, en idéntico orden de ideas, tienen que considerar al Pakistán o a Ceilán como repelentes llagas en ese mismo hermosísimo rostro y de ahí, transponiendo el caso de la literatura a la política, la Unión Indiana podrá sacar más tarde algunas conclusiones. Sin discutir el acierto de la imagen, resulta evidente que las fórmulas poéticas no constituyen suficiente fuente de Derecho, y hemos de lamentar que en la Unión Indiana la literatura domine la política y sea su dulce poesía la que dispara armas de fuego contra pacíficos portugueses.

Como punto en el programa revolucionario, la liberación de territorios tampoco es de tener en cuenta a los extraños al Imperio Británico del que la Unión Indiana se desprendió, pues el primer deber de este país es respetar las soberanías preexistentes, que no dependen de él. Constituida en Estado, la Unión Indiana se encontró, en cuanto a Goa, frente a una soberanía extranjera, y por esa razón algunas abusivas injerencias en nombre de aquel programa no son asunto de política interior y caen dentro del dominio del Derecho Internacional.

Pero restituyámonos al punto principal: Ver a la luz del Derecho el comportamiento de la Unión Indiana para con la Nación Portuguesa.

### III

Por más esfuerzos que hagan los servicios de prensa de la Unión Indiana en todos los países para presentar a su modo los acontecimientos y actitud de su Gobierno, en este momento la conciencia general está ya formada en el siguiente sentido, que corresponde fielmente a los hechos verificados:

- 1.º— Existencia de permanentes amenazas, seguidas de actos de ejecución hostiles a los intereses y vida de las poblaciones de la India Portuguesa, y de los goeses existentes en territorio de la Unión Indiana;

- 2.º — Establecimiento de un bloqueo terrestre, administrativamente efectuado, en relación a los territorios portugueses;
- 3.º — Propaganda y permiso de organización, en su territorio, de bandos armados, pretensamente constituídos por goeses, pero de hecho, en su casi totalidad, por individuos extraños a la comunidad portuguesa, para realizar movimientos subversivos en nuestra India;
- 4.º — Protección y ostensivo apoyo de fuerzas policíacas o de otras fuerzas armadas a la invasión de los territorios de la India Portuguesa, por parte de esos mismos bandos y aislamiento de los territorios asaltados, de tal modo que no puedan ser asistidos por las autoridades portuguesas;
- 5.º — Colaboración en actos de pretensa liberación, de los territorios asaltados;
- 6.º — Propaganda, organización y apoyo a demostraciones o movimientos de pacífica exteriorización, pero de índole subversiva, para que se desarrollen en los territorios portugueses movimientos idénticos a los que el Primer Ministro, Sr. Nehru («Ma vie et mes prisons», pág. 264), considera de acción directa y revolucionaria y como tal, susceptibles de una legítima represión por parte del Estado desacatado, doctrina que es exacta y, dígase de pasada, no le permite hacernos responsables por los resultados.

Y todo esto con el fin de anexionar territorios en relación a los cuales la soberanía portuguesa no sufre, ni nunca sufrió por parte de la Unión Indiana, la menor impugnación. La confesión del propósito es de tal modo insistente que no puede ser desconocido; la manera «pacífica» de alcanzarlo, que ya indiqué, está en los desarrollos posibles que contienen las repetidas amenazas.

Todos ellos son actos que reprueba la conciencia y moral de las Naciones y que, por ese hecho y sólo porque violan el



derecho de otro Estado, se consideran prohibidos por el Derecho Internacional. En efecto, en éste el principio fundamental, el punto de partida aceptado y reconocido por la generalidad de la doctrina y jurisprudencia internacionales, es el respeto a los derechos ajenos. Y no sólo por la doctrina y la jurisprudencia, sino por las convenciones.

Por el artículo 2.º del Pacto de las Naciones Unidas, del que forma parte la Unión Indiana, los miembros de la organización se abstienen, en sus relaciones internacionales, de recurrir a la amenaza y empleo de la fuerza, ya sea contra la integridad territorial o la independencia política de cualquier Estado, ya sea por cualquier otra forma incompatible con los fines de las Naciones Unidas; y tales fines son, según el artículo 1.º del mismo Pacto, mantener la paz y la seguridad internacionales, desenvolver entre las naciones relaciones amistosas, realizar la cooperación internacional.

En el preámbulo de la Carta de las mismas Naciones Unidas, a través del cual se puede enjuiciar bien el espíritu que la informa, se habla de la resolución de que las Naciones practiquen la tolerancia y vivan unas con otras en paz y en espíritu de buena vecindad; y la Declaración de Rio de Janeiro de 1947 definió «la política de buena vecindad» como «la expresión del respeto debido al derecho fundamental de los Estados». Ninguna duda existe de que este derecho fundamental de los Estados, como derecho natural, subsiste independientemente de convenciones particulares y comprende el de conservación y el de autonomía e independencia.

Los llamados principios fundamentales o básicos de la convivencia internacional son tan evidentes a la conciencia de los pueblos y de tal modo se imponen a todos, que la Unión Indiana y China los enumeran en el acuerdo acerca del Tibet y expresamente se refirieron a los mismos al finalizar la reciente conferencia de Nueva Delhi. Con énfasis, y como quien hace un precioso descubrimiento, les atribuyen la virtud, en realidad indiscutible, de constituir sólidos cimientos de paz y seguridad al ser aplicados

en las relaciones internacionales. Y bien merece la pena referirlos: mutuo respeto por la integridad territorial y por la soberanía; no agresión; no interferencia en los negocios internos de otra parte; igualdad y beneficios recíprocos; pacífica coexistencia.

Existen pues los principios y, por ventura, expresamente aceptados o proclamados por la Unión Indiana. Basta ahora cotejarlos con los hechos arriba enunciados, para reconocer que la Unión se colocó y apostó, sobre todo en los últimos tiempos, para violar en sus relaciones con Portugal los deberes que le incumben como miembro de la sociedad internacional, y muy especialmente como miembro de las Naciones Unidas, ocupando, por ironía del momento presente, la presidencia de su Asamblea General.

Del incumplimiento o de la violación de los principios aludidos se deriva ser responsables los Estados: la jurisprudencia internacional consideró siempre como fundamento de responsabilidad el no cumplimiento de las reglas del Derecho Internacional y toda acción u omisión contraria a las obligaciones internacionales, sea cual fuere la autoridad del Estado de donde proviene la acción u omisión. Y siempre vemos considerados como hechos determinantes de la responsabilidad de los Estados la invasión, el ataque a mano armada, el apoyo dado a bandos armados, o cualquier uso directo o indirecto de la fuerza.

Sea, además, cual fuere en nuestro tiempo la precariedad e inconsistencia de las sanciones en la vida internacional, creo que existe ventaja en la denuncia de actos tan claramente contrarios al Derecho como los practicados por la Unión Indiana. Y verdaderamente sería como para no tener esperanza en la justicia si los organismos internacionales competentes se escamoteasen al ser instados a declarar, como por lo demás ya lo hicieron con toda claridad varias Naciones, que la Unión Indiana con su comportamiento en relación a la India Portuguesa, viola el Derecho y es culpable de actos de agresión.



#### IV

Me pregunto a mí mismo si en el conflicto injertado en la existencia de los pequeños territorios portugueses en el Indostán, no contarán causas diferentes de aquellas que a primera vista se divisan. La política occidental se ha desarrollado en cuanto a la Unión Indiana amicalmente, cariñosamente, a la expectativa de un plan de intenso comercio y también, e nel plano más elevado, de preservar un posible apoyo económico y moral en caso de conflicto. Sin embargo, sea cual fuere la importancia que en tales casos represente el inmenso subcontinente no parece que el problema se pueda reducir a eso; antes bien las actitudes o servicios entrevistos suponen que la solución de otro problema habrá sido alcanzada, o cuando menos abierto el camino para poder alcanzarla.

La Unión Indiana, que termina de aparecer en la historia como entidad política independiente, parece encontrarse en una difícil encrucijada, y en el más alto punto de una grave duda. Del Occidente tiene unos comienzos de industrialización, la ancha túnica de los principios constitucionales, la osamenta de la organización administrativa que instituyó Inglaterra — todo esto proclamado, impulsado, garantizado tanto como puede serlo, por una tenue capa política, cuyos elementos principales creo que son todavía los educados por los ingleses y por ellos formados—. Del Oriente, o sea de sí misma, como una gran sima en cuya superficie se agitan la política y los políticos, la Unión Indiana posee toda una estructura económico-social y una formación filosófica y religiosa que pudieron dar carácter a una civilización, pero que no consiguieron, a través de muchos siglos, estructurar sólidamente una nación y constituir un Estado duradero. De este modo la gran angustia viene de que, o bien la Unión Indiana refunde y caldea su propia alma, o bien es de temer que un día sea víctima de nuevas divisiones y presa de nuevos conquistadores. De los movimientos desacordes que se realizan en los espíritus dirigentes y en las multitudes sometidas nacen las graves discre-

pancias entre afirmaciones y hechos, leyes y costumbres, propósitos y realidades — propósitos pacifistas y realidades de enemistad, o bélicas, libertades teóricas y odiosas restricciones prácticas, ansias de humanitario progreso y el peso muerto de innumerables divisiones —.

Nos parece que la forma de inmunizarse la Unión Indiana ante los peligros que continuarán amenazándola en su estructura de Estado y en su vida de Nación, no es aislarse en una política de desconfianza y hostilidad a los países de Occidente, sino continuar absorbiendo de él todo cuanto, desnudo de ambiciones políticas y de ultrapasados imperialismos, le puede facilitar en técnica, en instituciones jurídicas, en nivel de vida, en principios de convivencia social.

Si, a pesar de esto, la Unión Indiana toma el camino de segregarse del mundo en lo que se refiere a mantener íntegros los principios milenarios en que se formó todo el edificio de democratización o constitucionalización a la europea, zozobrará y se desvanecerán por completo las esperanzas depositadas en la floración de aquella independencia, como en las tan pregonadas libertades, sobre todo en materia religiosa. La Unión Indiana procederá sabiamente si deja para el momento de esa suprema elección la continuidad de una política a la que, incluso dejando aparte los agravios al Derecho, falta en el momento presente justicia y lógica.

Si a algún país occidental la Unión Indiana puede extender sin recelo la mano, en territorio contiguo a su propio territorio; si alguien puede, sin hacer agravio o sombra ni constituir fuente de disidencias o peligros, representar la luz de Occidente en tierras orientales, este país es Portugal. Las campañas de odio de las que parten actos hostiles a la soberanía portuguesa, son en la Unión Indiana un arma de pequeña política y en modo alguno una seria razón de Estado. Y por eso, incluso en estos momentos, me cuesta abandonar toda esperanza y la confianza que he depositado en la clarividencia de los supremos responsables en la dirección de aquel País.



La razón en este lamentable conflicto que nos impone la Unión Indiana, está sin duda de nuestro lado. Para solventarlo, para evitar que llegue a sus últimas consecuencias, el Gobierno echó mano incansablemente de todos los medios — políticos, diplomáticos, militares — de que pudo disponer, siempre dentro de la prudencia que las circunstancias le imponen y de la línea de dignidad exigida por la justicia de la causa y por el carácter sagrado de nuestro Derecho.

La reacción internacional revela comprensión y simpatía: en numerosos países la cuestión es seguida con el mayor interés, más por amor de la justicia y el prestigio del Derecho que por el peso de los intereses materiales en causa. Las pruebas de apoyo y cariño, llegadas de aquí y de allá, y no sólo de los países en que existen vínculos políticos especiales que los expliquen, cual son los casos de Brasil, Inglaterra y España, representan que existen en el decaimiento actual fuertes solidariedades morales que despiertan al unísono en cuanto se divisa la inminencia de comunes peligros.

En tan grave accidente todo, pues, se ha movilizad, menos la conciencia del país. Esta irrumpió espontánea, ardientemente, desde el primer momento, con vibraciones que desconocíamos, pero que sabíamos existían en el fondo del alma portuguesa. La pequeña India vive en el corazón de Portugal y nunca tan fuerte unanimidad se reveló entre todos los portugueses como cuando presintieron que podía correr peligro. De todas partes, de Ultramar y países extranjeros, nos llega la misma llamada y el mismo grito: Que se guarde Goa con cuanto tiene, las armas, los pechos, jóvenes y viejos, las oraciones y los sacrificios, como el más querido tesoro de la familia y la historia lusíadas. Creo que no habrá un portugués que no comparta este sentimiento y no vibre, sean cuales fueren sus divergencias ideológicas o políticas, en una cuestión que es en verdad, una cuestión nacional.

Cuando grandes naciones se disponen a arrastrar los pequeños pueblos a tan graves conyunturas, de muchos lados se oyen llamadas a la necesidad del realismo. El realismo es, sin duda, una saludable y equilibrada actitud del espíritu, pero se aplica a las cosas y a los hechos y no al dominio moral. El Derecho continúa siendo el Derecho, incluso aun cuando no haya fuerzas bastantes para imponerlo, o bien que razones geográficas impidan su uso con toda plenitud; el deber continúa siendo el deber, incluso cuando cumplirlo represente un sacrificio inútil en la escala corriente de los valores.

Nosotros seremos realistas en comprender que la Unión Indiana puede, siempre que se coloque al margen de la moral y del Derecho, hacer prácticamente insoportable la vida en los minúsculos territorios portugueses. Está a su favor la superioridad en la iniciativa, la proximidad, su propia grandeza y fuerza material. Pero la Unión Indiana será por su lado realista, si tiene en cuenta la reprobación de la conciencia general. Será realista si ve claramente que sus legítimos intereses de Estado vecino son conciliables con la existencia de Goa, y a muchos perjudicará irremediablemente si allí y en otros puntos lo desconoce. Será realista además, si comprende que no existe de nuestro lado el capricho de un Gobierno, sino el inequívoco imperativo de una Nación que considera un deber para con su dignidad denunciar los agravios al Derecho y defender su territorio. Ya corrió la sangre en la India. La India conoce bien la sangre portuguesa: En el mar y en la tierra, en las venas, en las almas.



OFICINAS GRÁFICAS  
CASA PORTUGUESA  
RUA DAS GÁVEAS, 103  
L I S B O A







EDICIONES

**S·N·I**

LISBOA

OFERTA  
DO  
S. N. I.



369  
LA PENSEE DE SALAZAR

GOA  
ET  
L'UNION INDIENNE

ASPECTS JURIDIQUES

*DISCOURS PRONONCE AU MICROPHONE DE LA RADIODIFFUSION  
NATIONALE, LE 10 AOUT 1954, PAR SON EXCELLENCE LE PRESI-  
DENT DU CONSEIL, PROFESSEUR DR. OLIVEIRA SALAZAR*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

L I S B O N N E • 1 9 5 4





LA PENSÉE DE SALAZAR

GOA  
ET  
L'UNION INDIENNE  
ASPECTS JURIDIQUES

*DISCOURS PRONONCE AU MICROPHONE DE LA RADIODIFFUSION  
NATIONALE, LE 10 AOUT 1954, PAR SON EXCELLENCE LE PRESI-  
DENT DU CONSEIL, PROFESSEUR DR. OLIVEIRA SALAZAR*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO  
L I S B O N N E • 1 9 5 4





## I

Dans mon exposé du 12 avril dernier, j'ai eu pour but de souligner surtout les aspects économiques, politiques et moraux de l'affaire de Goa.

J'ai montré que, dans l'ensemble portugais, le petit État de l'Inde était négligeable aux points de vue démographiques, économiques et financiers, qu'il n'apporte aucun revenu et que, bien au contraire, il représente toujours une lourde charge pour le Trésor de la Métropole. L'affirmation selon laquelle on ne peut trouver à Goa aucune trace de colonialisme ou d'impérialisme économique ou politique n'a pas pu être contestée. Les goannais sont des citoyens portugais, sans discrimination ou infériorité par rapport aux autres; ils suivent les mêmes cours aux mêmes écoles; ils vaquent librement à leurs occupations; ils participent à la formation des corps constitutionnels et ils y ont accès; il peuvent arriver jusqu'aux plus hautes situations professionnelles et aux plus hauts postes politiques aussi bien à la Métropole qu'en Outre-Mer; et non seulement chez eux, contrairement à ce que d'aucuns pourraient le croire. Les discussions au sujet d'une administration plus ou moins autonome n'ont jamais dépassé le cadre des querelles de famille, sans outrepasser les frontières ni porter atteinte à la structure nationale. En fait, la grande masse de la population, portugaise depuis plus de 400 années, n'a jamais souhaité d'autre nationalité, ne l'a

jamais rejetée, et partout elle s'en fait un honneur, ainsi qu'elle le démontre, sans le moindre doute, dans ces jours troublés.

La formation de cette communauté indo-portugaise sur les rives de l'Hindoustan constitue un phénomène ayant la même légitimité historique, tout au moins, que l'Union Indienne, survenue quatre siècles plus tard. En tant que réalité sociologique et politique, on ne peut pas ignorer son existence, et on ne trouve aucun fondement pour la prétension de lui refuser le droit d'exister politiquement, dans le cadre du pays où elle a vu le jour. Si nous trouvons difficile d'admettre le prétendu anachronisme de sa base territoriale disseminée et lointaine, jamais nous ne pourrions comprendre, d'autre part, que les îles Hawai puissent devenir un des États de la fédération nord-américaine; et si nous considérons comme une difficulté le fait que la petite province se trouve enclavée dans l'Hindoustan, nous serons forcés de conclure que l'Alaska ne peut qu'appartenir au Canada.

Sur mers et terres de l'Orient, l'Inde Portugaise représente un type bien défini de culture et de civilisation, une expression occidentale caractéristique. Bien que petite et modeste, elle a été et peut rester un point de rencontre et un lien entre l'Orient et l'Occident; elle ne saurait constituer un appui pour une politique ou des sentiments hostiles aux populations du sous-continent indien; elle est le véhicule d'une flamme de foi, le ferment d'une conception de vie différente.

Ceci ayant été posé, j'ai été amené à conclure que la destinée de notre État de l'Inde ne saurait être l'objet de négociations au cours desquelles le Portugal en pourrait disposer comme s'il s'agissait d'une chose à donner ou à vendre: ce serait une négociation sur objet impossible. Mais, parce que nous l'avons clairement affirmé, nous avons été accusés, au sein du Congrès Indien de faire montre d'un mentalité du XVI<sup>ème</sup> ou XVII<sup>ème</sup> siècles. Dans cette accusation il y a un équivoque notoire, étant donné, exactement, que ce qu'on pouvait alors faire, et qu'on a souvent fait, ne saurait être fait aujourd'hui parce que contraire aux principes du droit public moderne. J'appuie mon affirmation



sur une phrase de l'anglais Toynbee, dans son *Histoire*: «une convention selon laquelle des provinces et des habitants seraient transférés d'un possesseur à un autre, comme s'il s'agissait de terres et de leur bétail, répugne à notre sensibilité formée à l'école démocratique.» (1)

Il était donc, absolument indispensable de préserver la souveraineté portugaise. Toutefois, celle-ci ayant été affirmée, j'admettais loyalement que de nombreux problèmes se posaient, soulevés par le voisinage et la contiguité des territoires, qui offraient un vaste domaine pour les négociations et les accords : politiques, tels que ceux relevant de la sécurité, économiques et culturels. Ces suggestions et cette bonne disposition de notre part n'ont pas donné lieu, toutefois, jusqu'à maintenant, à une suite ou à une réponse.

## II

Hantée par sa politique d'annexion des territoires portugais, qu'elle désigne par l'euphémisme d'«intégration pacifique», l'Union Indienne, froidement et sans relâche, poursuit la voie qui des simples menaces et des manifestations d'un mauvais voisinage mène à des actes d'agression contre la souveraineté portugaise. Et, vu qu'elle fait montre d'une certaine méconnaissance de ses responsabilités, il convient de souligner, en passant, quelques aspects juridiques de la question.

Qu'on n'y voie ni pédantisme ni impertinence. Le premier-ministre, M. Nehru, trouve quelque difficulté, à notre avis, à encadrer certains de ses objectifs politiques dans les principes juridiques. Sa confession, dans son livre de mémoires, selon laquelle il a conclu son cours de Droit «sans gloire, sans honte non plus» (2), n'en constitue pas une justification suffisante.

---

(1) *L'Histoire*, trad. de E. Julia, p. 315 (Collection «Bibliothèque des Idées», Gallimard) — Paris 1951.

(2) *Ma vie et mes prisons*, trad. Georges Belmont, p. 37 («Les Presses Denoël d'aujourd'hui») — Paris 1952.

Le fait d'avoir oublié, au cours de sa vie politique agitée, ce que les maîtres lui ont appris, n'est pas non plus une excuse lorsqu'on porte la responsabilité d'un grand État et qu'on se pique de hautes positions doctrinaires.

Au cours de sa longue et douloureuse voie, l'humanité a successivement épuré un certain nombre de règles suivant lesquelles on régleme la cohabitation et on régit les relations mutuelles des sociétés humaines, en créant ainsi une situation de droit. Le «processus» n'est pas achevé, mais les nations civilisées, toutefois, estiment que leur devoir et leur intérêt leur commandent de se soumettre à cet ensemble de règles, et toutes considèrent l'observation du droit comme devant assurer, aux grandes une bonne partie de leur sécurité, et aux petites leur existence même.

L'Union Indienne, lors de sa formation, s'est trouvée au sein d'une société internationale déjà constituée, et dont la seule existence impose à tous, dans leur vie de relations extérieures, une certaine discipline juridique. Par son acte de constitution en État souverain et, surtout, par son entrée dans l'Organisation des Nations Unies, l'Union Indienne se doit d'agir non seulement dans le cadre du droit qu'elle a établi contractuellement, mais aussi dans celui du droit préexistant et applicable à tous les membres civilisés de la société internationale. Affirmer, ainsi qu'on l'a fait à la Nouvelle Delhi, que l'Union, née au cours du XX<sup>ème</sup> siècle, n'a rien à voir avec les traités ou les règles de droit antérieurs à sa propre formation, peut constituer une réponse expéditive, permettant de se dégager d'une difficulté occasionnelle, mais ne saurait être soutenu en termes de droit.

D'ores et déjà, avant d'examiner comment l'Union Indienne s'est soumise, dans ses rapports avec le Portugal, à certaines d'entre les règles de ce droit, soulignons encore deux ou trois points en marge du problème.

L'Union Indienne et le Pakistan surgissent dans l'Histoire et le Droit comme le résultat d'un acte de volontés concordantes entre la Nation Britannique et la population existant dans un



territoire bien déterminé, une population et un territoire ne pouvant être que ceux constituant alors l'Empire des Indes. La pensée que cet acte transcendantal, par lequel deux grands États indépendants sont nés, peut présenter un rapport quelconque avec le Portugal ou l'Inde Portugaise, constitue une énormité au point de vue juridique. Le phénomène parallèle, s'il était possible, se déroulerait comme une affaire intérieure de l'État Portugais, mais nullement entre l'Union Indienne et le Portugal.

Une autre remarque. Ce problème des territoires étrangers s'affirme dans l'Union Indienne, parfois comme une étrange image littéraire, parfois comme un point du programme révolutionnaire de l'indépendance. Les «laides verrues au beau visage de l'Inde» sont de nature à exciter, à ce qu'il semble, les orateurs politiques qui, dans un même ordre d'idées, se devraient de considérer le Pakistan et le Ceylan comme des plaies répugnantes au même beau visage, et de là, en déplaçant le cas de la littérature vers la politique, l'Union Indienne en pourra arriver, dans l'avenir, à quelques conclusions. Sans vouloir discuter la propriété de l'image, il est évident, toutefois, que les formules poétiques ne constituent pas une source de Droit suffisante, et nous sommes amenés à regretter que dans l'Union Indienne la littérature surpasse la politique et que ce soit sa douce poésie qui ouvre le feu sur de pacifiques portugais.

En tant que point de programme révolutionnaire la libération de territoire ne saurait s'appliquer à ceux qui se trouvent en dehors de l'Empire Britannique, dont l'Union Indienne s'est détachée, étant donné que le premier devoir de celle-ci est bien le respect des souverainetés préexistantes qui ne dépendaient pas de cet Empire. Constituée en État, l'Union Indienne s'est trouvée, en ce qui concerne Goa, devant une souveraineté étrangère, et, de ce fait, quelques ingérences abusives au nom dudit programme ne constituent pas des questions de politique intérieure et sont assujetties au droit international.

Revenons au point principal : examiner, d'après le Droit, le comportement de l'Union Indienne à l'égard de la Nation Portugaise.

### III

Malgré les efforts du service de presse de l'Union Indienne, en vue de présenter à sa façon, dans tous les pays, les événements et l'attitude de son gouvernement, la conscience générale s'est déjà formée, en ce moment, dans le sens suivant, qui correspond fidèlement aux faits enregistrés :

- 1) l'existence de menaces permanentes, suivies d'actes d'exécution hostiles aux intérêts et à la vie des populations de l'Inde Portugaise et des goannais habitant le territoire de l'Union ;
- 2) l'établissement d'un blocus terrestre, réalisé administrativement, à l'égard des territoires portugais ;
- 3) la propagande et l'octroi de facilités en vue de l'organisation, dans son territoire, de bandes armées, qu'on cherche à présenter comme étant constituées par des goannais, alors qu'elles sont presque exclusivement formées d'individus étrangers à la communauté portugaise, en vue d'agissements subversifs à l'intérieur de notre Inde ;
- 4) la protection et l'appui ouvert de la part de forces policières ou d'autres forces armées à l'invasion des territoires de l'Inde Portugaise par ces mêmes bandes, ainsi que l'isolement des territoires attaqués, à fin qu'ils ne puissent recevoir l'apport d'une aide quelconque des autorités portugaises ;
- 5) la collaboration apportée aux actions d'une prétendue libération des territoires attaqués ;
- 6) la propagande, l'organisation et l'appui de démonstrations ou mouvements de manifestation pacifique,



mais d'une nature subversive, dans le but de soulever, à l'intérieur des territoires portugais, des mouvements identiques à ceux que le premier-ministre, M. Nehru <sup>(1)</sup> considère comme relevant de l'action directe et révolutionnaire et, donc, passibles de la répression légitime de l'État profané, doctrine correcte qui, disons-le en passant, ne lui permet pas de nous attribuer la responsabilité des résultats.

Et tout ceci dans un but d'annexion de quelques territoires à l'égard desquels la souveraineté portugaise ne donne pas, ni a jamais donné lieu à la moindre contestation de la part de l'Union Indienne. L'aveu des buts d'annexion est aussi nettement insistant qu'il ne peut guère être méconnu; la méthode «pacifique» d'y arriver est celle que je viens d'indiquer, avec les développements possibles, contenus dans des menaces répétées.

Le tout est de nature à constituer un ensemble d'agissements que la conscience et la moral des Nations rejettent et que, par le seul fait qu'ils constituent une violation du droit d'un autre État, sont considérés comme défendus en droit international. En effet, dans ce domaine, le principe essentiel, le point de départ admis et reconnu par la généralité de la doctrine et de la jurisprudence internationales, est le respect des droits d'autrui. Et non seulement par la doctrine et la jurisprudence, mais aussi par les conventions.

Aux termes de l'article 2 du Pacte des Nations Unies, dont l'Union Indienne est l'un des membres, ceux-ci s'engagent à s'abstenir, dans leurs rapports internationaux, du recours à la menace et à l'emploi de la force, soit contre l'intégrité territoriale ou l'indépendance de tout État, soit par toute autre forme incompatible avec les buts des Nations Unies; et ces buts sont, aux termes de l'article 1 dudit Pacte, l'assurance de la paix et la

---

(1) *Ma vie et mes prisons* cit., p. 264.

sécurité internationales, le développement de rapports amicaux parmi les nations, le maintien de la paix internationale.

Au préambule de la Charte des Nations Unies, lequel permet d'apprécier l'esprit qui l'a dictée, on fait allusion à la résolution des Nations de mettre en œuvre la tolérance et de vivre en paix, dans un esprit de bon voisinage; et la *Déclaration* de Rio de Janeiro de 1947 a défini «la politique de bon voisinage» comme étant «l'expression du respect qui est dû au droit fondamental des États». On ne peut douter que ce droit fondamental des États, en tant que droit naturel, subsiste indépendamment des conventions particulières et comprend celui de la conservation ainsi que celui de l'autonomie et l'indépendance.

Les principes essentiels ou de base de la cohabitation internationale sont aussi évidents à la conscience des peuples et s'imposent si clairement à tous, que l'Union Indienne et la Chine les ont énumérés aux termes de son accord au sujet du Tibet et s'y en sont référées explicitement à l'occasion de la clôture de la récente Conférence de la Nouvelle Delhi. Comme s'ils venaient de faire une découverte précieuse, ils font remarquer solennellement que ces principes possèdent la vertu, ce qui est une vérité indiscutable, de permettre l'établissement de bases solides pour la paix et la sécurité, s'ils sont appliqués dans la vie internationale. Il ne sera pas inutile de les rappeler: le respect mutuel de l'intégrité territoriale et de la souveraineté; la non-agression; la non-intervention dans les affaires intérieures d'autrui; l'égalité et les bénéfices réciproques; la coexistence pacifique.

Les principes existent, donc, et ils ont été, heureusement, explicitement admis ou proclamés par l'Union Indienne. Il suffit, maintenant, de les confronter avec les faits énumérés ci-dessus pour en arriver à la conclusion que l'Union Indienne s'est fixé pour but, surtout dans ces derniers temps, de violer, dans ses rapports avec le Portugal, les devoirs qui lui incombent en tant que membre de la société internationale, et tout spécialement



en tant que membre des Nations Unies, placé en ce moment, par une ironie du destin, à la présidence de son assemblée générale.

Les États sont responsables de la non-observation ou de la violation des principes ci-dessus : la jurisprudence internationale a toujours considéré comme base de la responsabilité, la non-observation des règles du droit international et toute action ou omission contraire aux obligations internationales, quelle que soit l'autorité de l'État auteur de l'action ou de l'omission. Et nous voyons toujours considérés comme des faits déterminants de la responsabilité des États, l'invasion, l'attaque armée, l'appui donné à des bandes armées, tout recours à la force, direct ou indirect.

Si, de nos jours, les sanctions dans la vie internationale sont encore peu efficaces et inconsistantes, je crois qu'il convient, néanmoins, de dénoncer des actions aussi nettement contraires au droit que celles pratiquées par l'Union Indienne. On aurait, vraiment, à désespérer de la justice si des organisations internationales compétentes s'esquivaient, une fois saisies de la question, à déclarer, comme l'ont déjà fait, sans ambages, plusieurs Nations, que l'Union Indienne, par ses agissements à l'égard de l'Inde Portugaise, commet une violation du droit et devient coupable d'actes d'agression.

#### IV

Je me demande si dans le conflit introduit dans l'existence des petits territoires portugais dans l'Hindoustan il n'y a des causes différentes de celles qu'on peut déceler au premier regard. La politique occidentale s'est développée, à l'égard de l'Union Indienne, d'une façon amicale et affectueuse, dans le plan de l'espoir d'un commerce intensif, de même que dans celui, plus élevé, de la préservation d'un appui économique et moral en cas de conflit. Quelle que soit, néanmoins, l'importance représentée dans un tel cas par l'immense sous-continent, il ne semble pas qu'il soit possible de réduire le problème à de telles proportions ;

par contre, les attitudes ou les services qu'on peut entrevoir permettent de supposer que la solution d'un autre problème a été trouvée ou que, tout au moins, la voie amenant à sa solution a pu être ouverte.

L'Union Indienne, qui vient de naître pour l'Histoire, en tant qu'entité politique indépendante, semble se trouver dans une croisée des chemins difficile, au point le plus haut d'une grave hésitation. De l'Occident, elle possède quelques débuts d'industrialisation, la vaste tunique des principes constitutionnels, la structure de l'organisation administrative établie par l'Angleterre — tout ceci proclamé, poussé, assuré, dans toute la mesure du possible, par une mince couche politique dont les éléments principaux sont toujours, à ce qu'il me semble, ceux instruits par les Anglais, formés par les Anglais. De l'Orient, c'est à dire d'elle-même telle que la vaste profondeur à la surface de laquelle la politique et les politiciens s'agitent, l'Inde possède toute une structure économique et sociale, de même qu'une formation philosophique et religieuse, qui ont pu donner un caractère à une civilisation mais ne sont pas arrivées, au cours de nombreux siècles, à structurer solidement une Nation et à constituer un État durable. Ainsi, la grande anxiété vient de que, ou l'Inde refond au creuset sa propre âme, ou bien il y a lieu de redouter qu'elle ne devienne, une fois de plus, un jour ou l'autre, la victime de nouvelles dissensions et la proie de nouveaux conquérants. Les mouvements divergents enregistrés dans les esprits dirigeants et dans les masses soumises, donnent lieu à de graves différences entre les affirmations et les faits, les lois et les mœurs, les buts et les réalisations — des buts pacifistes et des faits inamicaux ou belliqueux, des libertés théoriques et d'odieuses restrictions pratiques, des désirs véhéments de progrès humanitaires et le poids mort d'innombrables dissensions.

Il semble que l'Union Indienne n'arrivera pas à se prémunir contre les dangers qui continueront de la menacer, dans sa structure d'État et dans sa vie de Nation, par l'isolement dans une politique de méfiance et d'hostilité à l'égard des pays de



l'Occident; elle y arriverait pourtant si elle continuait à puiser dans celui-ci tout ce qu'il pourrait, dépourvu d'ambitions politiques ou d'impérialismes dépassés, lui apporter en technique, en institutions juridiques, en relèvement du niveau de vie, en principes de cohabitation sociale.

Si, toutefois, l'Inde poursuit dans la voie de l'isolement du Monde, en vue de maintenir sans modification les principes où sa formation millénaire s'est basée, tout l'édifice de la démocratisation ou constitutionnalisation à la façon européenne s'effondrera, et tout l'espoir placé dans la floraison de cette indépendance et dans l'épanouissement des libertés proclamées, notamment en matière religieuse, disparaîtra pour toujours. L'Union Indienne serait bien inspirée si elle laissait pour le moment de ce suprême choix la poursuite d'une politique à laquelle, même si l'on ne tient pas compte des violations du droit, la logique et la justice font défaut, à ce moment.

Si un pays occidental existe auquel l'Inde puisse offrir sa main sans crainte dans un territoire contigu au sien; si quelqu'un peut, sans lui porter atteinte ni ombrage, sans devenir une source de dissensions ou de différends, si quelqu'un peut représenter la lumière de l'Occident en terres de l'Orient, ce pays est le Portugal. Les campagnes de haine d'où découlent les actions hostiles à la souveraineté portugaise, constituent dans l'Union Indienne une arme d'étroite politique, ne sont nullement une raison d'État sérieuse. Et voilà pourquoi, même dans ces moments, ce ne serait qu'à mon grand regret que j'abandonnerai tout l'espoir et ma confiance dans la clairvoyance des suprêmes responsables de la conduite de ce pays.

## V

Dans ce conflit regrettable, que l'Union Indienne nous a imposé, nous avons, sûrement, la raison de notre côté. En vue de lui trouver une solution, à fin d'éviter qu'il n'arrive aux

dernières conséquences, le Gouvernement a utilisé inlassablement tous les moyens — politiques, diplomatiques, militaires — dont il peut disposer, en observant la prudence que les circonstances imposent et en poursuivant dans la voie de la dignité qu'exigent la justice de la cause et le caractère sacré de notre droit.

La réaction internationale fait montre de compréhension et de sympathie: dans de nombreux pays l'affaire est suivie avec le plus vif intérêt, moins pour le poids des intérêts matériels en cause que pour l'amour de la justice et pour le prestige du droit. Les preuves d'appui et d'amitié, venant de ci et de là et non seulement des pays où il y a des liens politiques spéciaux pouvant les expliquer, comme dans les cas du Brésil, de l'Angleterre ou de l'Espagne, nous montrent qu'au milieu de la déchéance actuelle subsistent, néanmoins, quelques solidarités morales sérieuses qui se font jour dès qu'on entrevoit l'imminence d'un danger commun.

On a, donc, tout mobilisé dans cette grave émergence, sauf la conscience de la Nation. Celle-ci s'est dressée, spontanée, frémissante, dès le premier moment, en des vibrations que nous n'avions pas vues auparavant mais dont nous connaissions l'existence au fond même de l'âme portugaise. La petite Inde est toujours vivante au cœur du Portugal, et jamais une unanimité si forte ne s'était fait jour chez tous les portugais, comme au moment où ils ont pressenti qu'elle pouvait être en danger. De partout, de l'Outre-Mer et des pays étrangers, nous arrivent un même appel et un même cri: que Goa soit défendue avec les biens, les armes, les poitrines, les jeunes et les vieux, les sacrifices et les prières, parce qu'elle est le trésor le plus cher de la famille et l'Histoire lusiade. J'estime qu'il ny a pas un seul portugais qui ne participe à ce sentiment et ne frémissse quelles que soient ses divergences idéologiques ou politiques, devant cette question vraiment nationale.

Lorsque des nations aussi vastes se disposent à entraîner les petits peuples dans des situations aussi sérieuses, on entend



de plusieurs côtés les appels au besoin d'être réaliste. Bien sûr, le réalisme est une attitude saine et bien équilibrée de l'esprit, mais il est applicable aux choses et aux faits, on ne peut pas le mettre en application dans le plan moral. Le Droit reste toujours le Droit, même dans les cas où l'on ne dispose pas de la force dont on aurait besoin pour l'imposer, ou des raisons géographiques en empêchent l'utilisation en toute plénitude; le Devoir reste toujours le Devoir, même dans le cas où son accomplissement signifie un sacrifice inutile à l'échelle courante des valeurs.

Nous serons réalistes en comprenant que l'Union Indienne peut, si elle se place en marge de la morale et du droit, rendre pratiquement insupportable la vie dans les minuscules territoires portugais: elle dispose de la supériorité de l'initiative, de la proximité, de sa propre grandeur et de sa force matérielle. Mais l'Union Indienne sera, à son tour, réaliste si elle tient compte du désaveu de la conscience générale. Elle sera réaliste si elle voit clairement que tous ses intérêts légitimes d'État voisin sont conciliables avec l'existence de Goa, et qu'elle portera un préjudice sans remède à nombreux d'entre ces intérêts, là et ailleurs si elle la méconnaît. Elle fera preuve de réalisme, encore une fois, si elle comprend qu'il n'y a pas, de notre part, le caprice d'un Gouvernement mais l'inéquivoque impératif d'une Nation qui considère comme un devoir envers la dignité de dénoncer les attentats au droit et de défendre son territoire. Le sang a déjà coulé dans l'Inde? L'Inde le connaît bien, le sang portugais — sur la mer et sur la terre, dans les veines, au fond des âmes.

OFICINAS GRÁFICAS  
CASA PORTUGUESA  
RUA DAS GÁVEAS, 103  
L I S B O A





EDITIONS

**S·N·I**

LISBONNE



GEDANKEN SALAZARS

GOA  
UND DIE  
INDISCHE UNION

ZUR RECHTLICHEN SEITE

*RUNDFUNKREDE SEINER EXCELLENZ DES HERRN MINISTER-  
PRÄSIDENTEN IN DER «EMISSORA NACIONAL» VOM  
10. AUGUST 1954*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO  
L I S S A B O N • 1 9 5 4





GEDANKEN SALAZARS

GOA  
UND DIE  
INDISCHE UNION

ZUR RECHTLICHEN SEITE

*RUNDFUNKREDE SEINER EXCELLENZ DES HERRN MINISTER-  
PRÄSIDENTEN IN DER «EMISSORA NACIONAL» VOM  
10. AUGUST 1954*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO  
L I S S A B O N • 1 9 5 4





## I

In meinen Ausführungen vom 12. April hatte ich die Absicht, vor allem die wirtschaftliche, politische und ethische Seite des Falles Goa zu berühren.

Ich legte dar, dass unser kleiner Staat Indien an Bevölkerung, wirtschaftlicher und finanzieller Bedeutung im portugiesischen Gesamtbereich nicht ins Gewicht fällt, zumal keinerlei Einnahmen von dorthier fliessen, sondern vielmehr nach wie vor die Budgetmittel des Mutterlandes schwer dadurch belastet werden. Die Behauptung, dass in Goa keine Spur von kolonialer Ausbeutung oder von wirtschaftlichem wie politischem Imperialismus zu finden ist, konnte nicht bestritten werden. Die Goesen sind portugiesische Bürger ohne Unterschiede oder Benachteiligung gegenüber den übrigen. Sie absolvieren die gleichen Schulen und gehen ungehindert ihrer Beschäftigung nach. Sie nehmen teil an der Bildung der verfassungsmässigen Organe und haben darin Sitz und Stimme. Sie steigen auf zu den höchsten Berufsstellungen und den höchsten politischen Posten in Mutterland und Übersee, also nicht nur in ihrer Heimat, wie manche vermuten könnten. Die Diskussionen über ein grösseres oder geringeres Ausmass von Verwaltungsautonomie blieben stets im Rahmen von Familiendisputen, ohne über die Grenzen hinauszureichen oder das nationale Gefüge zu berühren. In der Tat hat die Masse der Bevölkerung, die seit mehr als vierhundert Jahren portugiesisch ist, nie den Wunsch gehabt etwas anderes zu sein, hat ihre Nationalität nie verleugnet und ist überall stolz

darauf gewesen, wie sie dies auch in der gegenwärtigen Verwirrung unzweideutig zur Schau trägt.

Die Bildung dieser indo-portugiesischen Gemeinschaft an der Küste Hindustans ist eine Erscheinung, die mindestens die gleiche geschichtliche Legitimität besitzt wie die vierhundert Jahre später auf den Plan getretene Indische Union. Vor ihrem Dasein als soziologische und politische Realität kann man die Augen nicht verschliessen, noch gibt es eine Begründung für den Anspruch, ihr das Recht zu weigern auf ein Dasein im politischen Rahmen des Landes, das sie ins Leben rief. Wem es schwer fällt, den angeblichen Anachronismus seiner verstreuten und weit abgelegenen territorialen Basis zu begreifen, der wird auch nicht begreifen, dass die Hawaiischen Inseln ein Staat des Nordamerikanischen Bundes werden. Und wenn man daran Anstoss nimmt, dass diese kleine Provinz in Hindustan eingebettet ist, muss man zum Schluss kommen, dass Alaska zu Kanada gehören sollte.

In den Meeren und Ländern des Orients stellt Portugiesisch Indien einen klar umschriebenen Kultur- und Zivilisationstypus von ausgesprochen abendländischer Wesensart dar. So klein und bescheiden es sein mag, war es doch und kann es weiterhin ein Treffpunkt und Bindeglied sein zwischen Ost und West. Es ist kein Stützpunkt einer feindseligen Politik oder Gesinnung gegen die Völkerschaften, die den indischen Subkontinent bewohnen, sondern das Gefäss einer Glaubensflamme, der Sauerteig einer anderen Weltanschauung.

Aus solchen Beweggründen schloss ich, dass das Schicksal unseres Staates Indien nicht Gegenstand von Verhandlungen sein kann, wobei Portugal ihn aus der Hand liesse wie ein verschenkbares oder verkäufliches Ding: es wäre ein Handel um ein unmögliches Objekt. Da wir dies jedoch mit aller Klarheit feststellten, wurde uns im Indischen Kongress vorgeworfen, wir offenbarten eine Mentalität des 16. oder 17. Jahrhunderts. In diesem Vorwurf liegt ein offenkundiger Widerspruch, da ja gerade das, was damals geschehen konnte und auch bisweilen geschah, heute



nicht mehr tunlich ist, weil es den Grundsätzen des modernen Völkerrechts zuwiderläuft. Zur Erläuterung meiner Behauptung führe ich einen Satz des Engländers Toynbee aus seiner «Geschichte» an: «Ein Übereinkommen, kraft dessen Provinzen und Einwohner von einem Besitzer auf den anderen übertragen werden wie Grundbesitz samt dem Vieh, empört unser aus der demokratischen Schule stammendes Empfinden». (1)

So war es denn unabdingbar, die portugiesische Souveränität zu erhalten. Doch indem ich dies feststellte, gab ich ohne Rückhalt zu, dass zahlreiche aus der Nachbarschaft und Berührung der Territorien entstandene Probleme vorlägen und ein weites Feld für Verhandlungen und Abkommen böten, und zwar politische wie etwa auf dem Gebiet der Sicherheit ebenso wie wirtschaftliche und kulturelle. Diese Anregungen und Bereitschaft unsererseits fanden jedoch bis heute keine Nachfolge oder Antwort.

## II

Besessen von der Annexionspolitik, die sie euphemistisch als «friedliche Integrierung» der portugiesischen Gebiete bezeichnet, geht die Indische Union kaltblütig und beharrlich den Weg von einfachen Drohungen und Kundgebungen schlechter Nachbarschaft zu Angriffshandlungen auf die portugiesische Souveränität. Und da sie dies in einer gewissen Verkennung ihrer Verantwortung zu tun scheint, dürfte es angebracht sein, einige rechtliche Seiten der Frage wenigstens kurz zu streifen.

Man sehe darin keine Pedanterie oder Bosheit. Herr Premierminister Nehru bringt sich unserer Meinung nach selbst in ziemliche Verlegenheit, wenn er versucht, einige seiner politischen Vorhaben in Rechtssätze zu kleiden. Dafür genügt auch das in seinen Memoiren enthaltene Geständnis, nicht, er habe sein juristisches Examen «ohne Ruhm, aber auch ohne Makel» be-

---

(1) *L'Histoire*, übers. von E. Julia, S. 315 (Collection «Bibliothèque des Idées», Gallimard) — Paris 1951.

standen. <sup>(1)</sup> Ebensovienig gilt die Entschuldigung, in seinem bewegten politischen Leben vergessen zu haben, was er von seinen Professoren lernte, wenn man die Verantwortung trägt für einen grossen Staat und besonders hochstehende Doktrinen predigt.

Auf ihrem langen und schmerzreichen Gang hat die Menschheit nach und nach gewisse Regeln erkannt, die das Zusammenleben leiten und die gegenseitigen Beziehungen der menschlichen Gemeinschaften bestimmen durch Schaffung eines Rechtszustandes. Der Vorgang ist nicht abgeschlossen, aber die zivilisierten Nationen halten es für ihre Pflicht und ihr Interesse, sich diesem Normenkomplex zu fügen. So sehen in der Beobachtung des Rechtes die grossen Nationen ein Gutteil ihrer Sicherheit und die kleinen die Garantie ihres Daseins überhaupt.

Die Indische Union traf bei ihrer Bildung eine schon konstituierte internationale Gemeinschaft an, deren blosses Vorhandensein allen in ihren auswärtigen Beziehungen eine gewisse Rechtsdisziplin auferlegt. Durch den Akt ihrer Konstituierung als souveräner Staat und ganz besonders durch ihren Eintritt in die Organisation der Vereinten Nationen verpflichtete sich die Indische Union, sich nicht nur im Umkreis des von ihr selbst vertraglich eingegangenen Rechtes zu bewegen, sondern auch innerhalb des schon bestehenden und auf alle zivilisierten Mitglieder der internationalen Gemeinschaft anwendbaren Rechtes. Zu behaupten, wie dies in Neu Delhi geschah, dass die erst im 20. Jahrhundert erschienene Union nichts zu tun habe mit den vor ihrer eigenen Entstehung liegenden Verträgen und Rechtsnormen, mag eine flinke Antwort sein, um sich gelegentlich aus der Verlegenheit zu ziehen, aber in Rechtsbegriffen lässt es sich nicht aufrechterhalten.

Bevor wir übrigens untersuchen, wie die Union einige solche Rechtsnormen in ihrem Umgang mit Portugal erfüllt hat, wollen wir noch ein paar kleine Anmerkungen am Rand des Problems machen.

---

<sup>(1)</sup> *Ma vie et mes prisons*, übers. von Georges Belmont, S. 37 («Les Presses Denoël d'aujourd'hui») — Paris 1952.



Die Indische Union und Pakistan entstanden in Geschichte und Recht aus dem Ergebnis eines einhelligen Willensaktes der Britischen Nation und der auf einem bestimmten Gebiet vorhandenen Bevölkerung, — und zwar konnte es sich nur um dasjenige Volk und Gebiet handeln, welche das Indische Reich ausmachten. Zu denken, dass dieser transzendente Akt, aus dem zwei grosse unabhängige Staaten entsprangen, irgendetwas mit Portugal oder Portugiesisch Indien zu tun hat, ist ein juristisches Unding. Der parallele Vorgang würde sich, wenn er möglich wäre, als innere Angelegenheit des Portugiesischen Staates abspielen, nicht zwischen der Indischen Union und Portugal.

Weitere Anmerkung: Dieses Problem der ausländischen Territorien wird in der Indischen Union manchmal als sonderbares literarisches Bild und dann wieder als Punkt des revolutionären Unabhängigkeitsprogramms behandelt. Die «hässlichen Warzen in Indiens holdem Antlitz» regen anscheinend die politischen Redner auf, die nach demselben Gedankengang Pakistan und Ceylon als abstossende Narben in dem gleichen wunderschönen Antlitz betrachten müssen, woraus denn bei Übertragung des Falles aus der Literatur in die Politik die Indische Union später allerhand Schlüsse ziehen kann. Ohne Erörterung darüber, ob das Bild angebracht ist oder nicht, liegt auf der Hand, dass poetische Formulierungen keine ausreichende Rechtsquelle bilden, und wir müssen bedauern, dass in der Indischen Union die Literatur in der Politik herrscht und es ihre süsse Poesie ist, auf friedfertige Portugiesen zu schiessen.

Als revolutionärer Programmpunkt geht die Befreiung von Gebieten ebenfalls die ausserhalb des Britischen Reiches Stehenden nichts an, aus dem sich die Union löste, ist doch vielmehr gerade die Achtung schon vorhandener Souveränitäten, die nicht vom Britischen Reich abhingen, ihre erste Pflicht. Einmal als Staat konstituiert, befand sich die Indische Union im Bezug auf Goa einer ausländischen Souveränität gegenüber, und deshalb sind gewisse missbräuchliche Einmischungen im Namen jenes revolutionären Programms keine innerpolitische Angele-

genheit, sondern fallen unter die Zuständigkeit des Völkerrechts. Doch kommen wir auf die Hauptsache zurück, nämlich die Betrachtung des Verhaltens der Indischen Union gegenüber der portugiesischen Nation im Angesicht des Rechtes.

### III

Welche Mühe sich die Pressedienste der Union auch in allen Ländern gegeben haben, um die Ereignisse und die Haltung ihrer Regierung auf ihre Weise darzustellen, steht doch im Allgemeinbewusstsein heute schon Folgendes fest, was genau den nachgeprüften Tatsachen entspricht:

1. — Vorhandensein ständiger Drohungen, gefolgt von feindseligen ausführenden Handlungen gegen Interessen und Leben der Bevölkerung Portugiesisch Indiens und der im Gebiet der Union lebenden Goesen;
2. — Errichtung einer verwaltungsmässig durchgeführten Landblockade im Bezug auf die portugiesischen Gebiete;
3. — Propagierung und Erlaubnis zur Bildung auf indischem Gebiet von bewaffneten Banden, die angeblich aus Goesen, in Wirklichkeit jedoch fast in ihrer Gesamtheit aus der portugiesischen Gemeinschaft fernstehenden Individuen bestehen, zum Zweck subversiver Tätigkeit in unserem Indien;
4. — Schutz und offensichtliche Unterstützung durch Polizei oder andere bewaffnete Kräfte für Invasion der Gebiete Portugiesisch Indiens durch diese Banden und Abschnürung der überfallenen Gebiete dergestalt, dass ihnen von den portugiesischen Behörden keine Hilfe zuteil werden kann;
5. — Mitwirkung an Handlungen zur angeblichen Befreiung der überfallenen Gebiete;



6. — Propagierung, Organisierung und Untertützung von Kundgebungen oder Bewegungen mit friedfertigem äusseren Anschein, aber subversiven Charakters, die sich auf portugiesischem Gebiet entfalten sollen und identisch sind mit Bewegungen, wie sie Herr Ministerpräsident Nehru<sup>(1)</sup> als direkte und revolutionäre Aktion betrachtet und als solche der gesetzlichen Gegenwehr vonseiten des angetasteten Staates gewärtig. Diese Auffassung trifft durchaus zu und gestattet ihm, nebenbei bemerkt, nicht, uns für die Folgen verantwortlich zu machen.

Und all dies mit dem Ziel, Gebiete zu annektieren, im Bezug auf welche die portugiesische Souveränität vonseiten der Indischen Union nicht im geringsten bestritten wird noch je bestritten wurde. Das Bekenntnis des Vorhabens ist derart aufdringlich, dass es nicht unbekannt bleiben kann; die «friedliche» Art, es zu erreichen, ist die von mir geschilderte mit den in wiederholten Drohungen enthaltenen Weiterbildungsmöglichkeiten.

All dies sind Handlungen, welche das Moralbewusstsein der Nationen missbilligt und die deshalb — und schon weil sie das Recht eines anderen Staates verletzen — vom Völkerrecht verboten sind. Dieses hat in der Tat die Achtung fremder Rechte zum Hauptgrundsatz und Ausgangspunkt, der von der Allgemeinheit der internationalen Lehre und Rechtsprechung akzeptiert und anerkannt wird. Und zwar nicht nur in Lehre und Rechtsprechung, sondern auch in den Abkommen.

Gemäss Artikel 2 des Paktes der Vereinten Nationen, denen die Indische Union angehört, enthalten sich die Mitglieder der Organisation in ihren internationalen Beziehungen des Rückgriffs auf Drohung und Anwendung von Gewalt, sei es gegen die territoriale Unversehrtheit oder politische Unabhängigkeit irgendeines Staates, sei es in jeder anderen mit den Zielen der Vereinten Nationen unvereinbaren Form. Und diese Ziele sind laut Ar-

(1) *Ma vie et mes prisons* cit., S. 246.

tikel 1 des gleichen Paktes: Aufrechterhaltung von internationalem Frieden und Sicherheit, Entwicklung freundschaftlicher Beziehungen zwischen den Nationen und Verwirklichung der internationalen Zusammenarbeit.

Im Vorspruch zur Gründungscharter der selben Vereinten Nationen, aus dem man sich ein gutes Urteil über den sie be-seelenden Geist machen kann, ist die Rede von dem Beschluss, wonach die Nationen Toleranz üben und im Geist guter Nachbarschaft miteinander in Frieden leben sollen. Die Erklärung von Rio de Janeiro 1947 definiert «die Politik guter Nachbarschaft» als «den Ausdruck der dem Grundrecht der Staaten geschuldeten Achtung». Ohne Zweifel besteht dieses Grundrecht der Staaten als Naturrecht unabhängig von Sonderabmachungen und umfasst das Recht der Erhaltung und der Autonomie und Unabhängigkeit.

Die sogenannten Haupt- oder Grundrechte des internationalen Zusammenlebens sind dem Bewusstsein der Völker so selbstverständlich und derart zwingend für alle, dass die Indische Union und China sie in dem Abkommen über Tibet aufgezählt und sich am Ende der kürzlichen Konferenz von Neu Delhi ausdrücklich darauf berufen haben. Mit Nachdruck und als hätten sie eine wertvolle Entdeckung gemacht, schreiben sie ihnen die allerdings unbestreitbare Eigenschaft zu, feste Grundmauern für Frieden und Sicherheit zu bilden, wenn sie in den internationalen Beziehungen angewandt werden. Es lohnt sich, sie einzeln zu nennen: gegenseitige Achtung für die territoriale Unversehrtheit und Souveränität, Nichtangriff, Nichteinmischung in die inneren Angelegenheiten des anderen Teiles, wechselseitig gleiche Rechte und Vorteile, friedliches Nebeneinanderleben.

Die Grundsätze sind also da und wurden glücklicherweise von der Indischen Union ausdrücklich angenommen oder verkündet. Nun genügt es, die oben erwähnten Tatsachen daneben zu halten, um zu dem Schluss zu kommen, dass die Indische Union vor allem in der letzten Zeit es darauf abgelegt hat, in ihren Beziehungen mit Portugal ihre Pflichten als Mitglied der



internationalen Gemeinschaft und ganz besonders als Mitglied der Vereinten Nationen zu verletzen, in deren Generalversammlung sie in diesem Augenblick durch eine ironische Fügung den Vorsitz führt.

Aus der Nichterfüllung oder Verletzung der angeführten Grundsätze folgt die Verantwortlichkeit der Staaten: Stets hat die internationale Rechtsprechung als Grundlage der Verantwortlichkeit die Nichterfüllung der Regeln des Völkerrechts und jede den internationalen Verpflichtungen zuwiderlaufende Handlung oder Unterlassung angesehen, unerachtet der Autorität des Staates, von dem die Handlung oder Unterlassung ausgeht. Und stets sehen wir als bestimmende Tatsachen für die Verantwortlichkeit der Staaten betrachtet: Invasion, Angriff mit bewaffneter Hand, Hilfeleistung für bewaffnete Banden und jede Art von direkter oder indirekter Gewaltanwendung.

Wie es auch immer um die Fragwürdigkeit und Unbeständigkeit von Sanktionen im internationalen Leben unserer Tage bestellt sein mag, halte ich jedenfalls für nützlich, derart klar gegen das Recht verstossende Handlungen anzuprangern wie die von der Indischen Union begangenen. Man müsste wahrhaftig an der Gerechtigkeit verzweifeln, wenn zuständige internationale Organe bei entsprechendem Ersuchen der Erklärung ausweichen würden, die übrigens von verschiedenen Nationen schon erschrocken ausgesprochen wurde, dass die Indische Union mit ihrem Verhalten im Bezug auf Portugiesisch Indien das Recht verletzt und sich Angriffshandlungen zuschulde kommen lässt.

#### IV

Ich frage mich, ob hinter dem auf das Vorhandensein der kleinen portugiesischen Gebiete in Hindustan aufgepfropften Konflikt nicht noch andere Ursachen stecken als die auf den ersten Blick wahrnehmbaren. Die Politik des Westens gegenüber der Indischen Union hat sich freundschaftlich, pfleglich entwickelt

auf der Ebene der Erwartung eines intensiven Handels wie auch auf der höheren Ebene der Erhaltung eines möglichen wirtschaftlichen und moralischen Beistandes im Konfliktfall. Welche Bedeutung jedoch dem ungeheuren Subkontinent in solchen Fällen zukommen mag, so scheint sich mir das Problem darin nicht zu erschöpfen; vielmehr setzen die beobachteten Einstellungen und Gefälligkeiten voraus, dass die Lösung eines anderen Problems erreicht oder wenigstens der Weg dazu gebahnt wurde.

Nachdem die Indische Union als unabhängige politische Wesenheit in der Geschichte erschienen ist, scheint sie sich an einem schwierigen Kreuzweg, auf dem Höhepunkt eines schwerwiegenden Zauderns zu befinden. Vom Abendland hat sie einige Anfänge von Industrialisierung, das weite Gewand der Verfassungsgrundsätze und das Gerippe der von England eingeführten Verwaltungsorganisation — all dies verkündet, vorangetrieben und nach Massgabe des Möglichen gewährleistet von einer dünnen politischen Schicht, deren Hauptelemente, denke ich, die von den Engländern erzogenen und englisch gebildeten sind. Vom Morgenland oder vielmehr aus sich selbst als der weiten Tiefe, auf deren Oberfläche Politik und Politiker sich tummeln, besitzt Indien eine ganze wirtschaftlich-soziale Struktur und eine philosophische wie religiöse Bildung, die einer eigenen Zivilisation das Gepräge geben konnten, aber im Lauf vieler Jahrhunderte nicht imstande waren, eine Nation fest zu bauen und einen Staat dauerhaft zu bilden. So dass die grosse Unsicherheit darin liegt, dass Indien entweder seine Seele umgiesst und zusammenschweisst oder zu befürchten steht, es werde wieder eines Tages neuen Teilungen zum Opfer fallen und zur Beute neuer Eroberer werden. Aus den sich überkreuzenden Bewegungen bei den leitenden Geistern und den Massen darunter entstehen die schweren Widersprüche zwischen Worten und Taten, zwischen Gesetz und Brauch, zwischen Vorhaben und Ausführung — friedliebende Vorhaben und unfreundliche oder kriegerische Ausführungen, theoretische Freiheiten und gehässige Einschränkungen



in der Praxis, Streben nach humanitärem Fortschritt und das tote Gewicht unzähliger Spaltungen.

Die rechte Art für die Indische Union, sich gegen die Gefahren immun zu machen, die sie nach wie vor in ihrem Staatsgefüge und nationalen Leben bedrohen, besteht doch wohl nicht darin, sich in einer Politik von Misstrauen und Feindseligkeit abzuschliessen vor den Ländern des Westens, sondern auch weiterhin alles von ihm aufzunehmen, was er, entledigt überholten politischen Ehrgeizes und imperialistischen Strebens, ihr zu bieten vermag an Technik, Einrichtungen des Rechtes, Hebung des Lebensniveaus und an Grundsätzen sozialer Gemeinschaft.

Wenn Indien jedoch den Weg einschlägt, sich von der Welt abzuschneiden, um die Grundsätze seines tausendjährigen Bestehens unberührt zu erhalten, wird der ganze Bau von Demokratisierung und verfassungsmässiger Entwicklung auf europäische Art zusammenbrechen und die Erwartungen werden sich gänzlich verflüchtigen, die man in die Blüte jener Unabhängigkeit wie in die gepriesenen Freiheiten, besonders auf religiösem Gebiet, gesetzt hat. Die Indische Union täte gut daran, wenn sie bis zum Augenblick dieser höchsten Wahl auch die Weiterverfolgung einer Politik aufschöbe, der im gegenwärtigen Augenblick Logik und Gerechtigkeit fehlen, ganz abgesehen von der Unbill gegen das Recht.

Wenn Indien einem westlichen Land in einem an sein eigenes Gebiet grenzenden Gebiet ohne Furcht die Hand hinrecken kann, wenn jemand ohne Harm oder Tadel und ohne ein Quell für Zwistigkeiten oder Gefahren zu sein, das Licht des Abendlandes in östlichen Landen vertreten kann, so ist dieses Land Portugal. Die Hassumtriebe, aus denen die feindseligen Handlungen gegen die portugiesische Souveränität stammen, sind eine Waffe kleinlicher Politik in der Indischen Union und keine ernsthafte Staatsräson. Und deshalb fällt es mir selbst in diesem Augenblick schwer, alle Hoffnung und das Vertrauen aufzugeben, das ich auf den Klarblick der obersten für die Leitung jenes Landes Verantwortlichen gesetzt habe.

In diesem bedauernswerten Konflikt, den uns die Indische Union aufzwingt, haben wir ohne Zweifel das Recht auf unserer Seite. Um ihn beizulegen und die äussersten Konsequenzen zu vermeiden, hat die Regierung unermüdlich zu allen ihr zur Verfügung stehenden politischen, diplomatischen und militärischen Mitteln gegriffen, ohne sich von der durch die Umstände gebotenen Vorsicht und von der Linie der Würde zu entfernen, welche die Gerechtigkeit der Sache und der heilige Charakter unseres Rechtes erfordern.

Aus der internationalen Reaktion sprechen Verständnis und Sympathie: In zahlreichen Ländern wird die Frage mit dem grössten Interesse verfolgt, und zwar mehr aus Liebe zur Gerechtigkeit und wegen des Ansehens des Rechtes als wegen des Gewichtes der in Frage stehenden materiellen Interessen. Beweise von Unterstützung und Anteil kommen von da und dort, nicht nur aus den Ländern, in denen sie durch das Vorhandensein besonderer politischer Bande zu erklären sind, wie im Fall Brasiliens, Englands und Spaniens; sie zeigen, dass auch in der gegenwärtigen gedrückten Stimmung trotz allem noch starke sittliche Gemeinschaftsgefühle bestehen und erwachen, sobald man die Drohung gemeinsamer Gefahren wahrnimmt.

So wurde denn in einem so ernsten Notstand alles aufgerufen ausser dem Gewissen der Nation. Denn dieses kam spontan, brausend vom ersten Augenblick an zum Durchbruch in Wellen der Erregung, die wir nicht an ihm kannten, aber von deren Schlummern im Grund der portugiesischen Seele wir wussten. Das kleine Indien lebt im Herzen Portugals, und nie enthüllte sich eine so starke Einmütigkeit zwischen allen Portugiesen als bei der Befürchtung, dass es Gefahr laufen könnte. Von überall her, aus Übersee und fremden Ländern dringt der gleiche Ruf, der gleiche Schrei zu uns: Goa zu halten mit Gut und Blut und mit den Waffen, mit Jung und Alt, mit Gebeten und Opfern, als den teuersten Schatz der lusitanischen Familie und Geschichte.



Ich denke, es gibt keinen Portugiesen, der an diesem Gefühl nicht teilhat und, unbeschadet seiner weltanschaulichen oder politischen Meinungsverschiedenheiten, nicht mitbebt um diese wahrhaft nationale Frage.

Wenn sich grosse Nationen anschicken, die kleinen Völker in so schwere Lagen mitzureissen, hört man von vielen Seiten Rufe nach der Notwendigkeit, realistisch zu sein. Nun ist der Realismus ohne Zweifel eine gesunde und ausgewogene Geisteshaltung, aber er hat Bezug nur auf die Sachen und Tatsachen und nicht auf das Gebiet des Sittlichen. Recht bleibt Recht, auch wenn nicht genug Stärke da ist, um es durchzusetzen, oder geographische Gründe deren Anwendung in vollem Umfang verhindern; Pflicht bleibt Pflicht, auch wenn ihre Erfüllung ein nach der gängigen Abstufung der Werte nutzloses Opfer darstellt.

Wir werden Realisten sein, indem wir begreifen, dass die Indische Union, wenn sie sich ausserhalb von Moral und Recht stellt, das Leben in den winzigen portugiesischen Gebieten praktisch unerträglich machen kann: hat sie doch für sich die Überlegenheit der Initiative, die Nähe und die eigene Grösse und materielle Stärke. Aber die Indische Union wird ihrerseits realistisch sein, wenn sie die Verurteilung des Weltgewissens in Rechnung stellt. Sie wird realistisch sein, wenn sie klar sieht, dass ihre legitimen Interessen als Nachbarstaat vereinbar sind mit dem Dasein Goas, und sie wird vielen Menschen dort und an anderen Stellen heillosen Schaden zufügen, wenn sie dies leugnet. Sie wird ferner realistisch sein, wenn sie begreift, dass es sich auf unserer Seite nicht um die Laune einer Regierung handelt, sondern um den unzweideutigen Imperativ einer Nation, die es ihrer Würde schuldig zu sein weiss, die Unbill gegen das Recht anzuprangern und ihr Gebiet zu verteidigen. Es ist schon Blut in Indien geflossen? Indien kennt das portugiesische Blut wohl — zur See und zu Lande, in den Adern und in den Seelen.

OFICINAS GRÁFICAS  
CASA PORTUGUESA  
RUA DAS GÁVEAS, 103  
L I S B O A





VERLAG

**S·N·I**

LISSABON



S A L A Z A R S A Y S

GOA  
AND THE  
INDIAN UNION

LEGAL ASPECTS

*SPEECH DELIVERED THROUGH THE NATIONAL BROADCAST BY  
THE PRIME MINISTER PROF. OLIVEIRA SALAZAR,  
ON AUGUST 10th 1954*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

L I S B O N • 1 9 5 4





SALAZAR SAYS

GOA  
AND THE  
INDIAN UNION

LEGAL ASPECTS

*SPEECH DELIVERED THROUGH THE NATIONAL BROADCAST BY  
THE PRIME MINISTER PROF. OLIVEIRA SALAZAR,  
ON AUGUST 10th 1954*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO  
L I S B O N     •     1 9 5 4





## I

In the exposition I made on 12th April my idea was to deal mainly with the economic, political and moral aspects of the case of Goa.

The population, economy and finances of the small Portuguese State of India, I showed, count for nothing in the Portuguese world taken as a whole. Portuguese India provides no revenue. On the contrary it continues to be a heavy liability for the Treasury of the mother-country. The assertion that no trace of economic or political colonialism or imperialism was to be found in Goa could not be challenged. The Goans are Portuguese citizens in no way different or inferior to any others; they go to the same schools and universities; they lead the life they please; they play a part in the formation of our country's constitutional bodies and sit in them; they rise to the highest professional positions and the highest political posts in the mother-country no less than overseas, and not, as some might think, in Portuguese India alone. Discussions over the degree of autonomy they should have in their administration have never gone beyond the state of family quarrels; they have remained within our frontiers and left the national structure unimpaired. The great mass of the population, who have been Portuguese for over 400 years, have never in fact wanted to be anything else; they have never repudiated Portuguese nationality, and as they are unmistakably showing in these troubled days,

wherever they may be they pride themselves on the nationality which is theirs.

The constitution of this Indo-Portuguese community on the coasts of Hindustan is a phenomenon having at least the same historical legitimacy as the Indian Union, which came four centuries later. Taken as a sociological and political reality, its existence cannot be ignored nor is there any ground for denying it the right to exist in the political framework of the country which gave it life. If we find it difficult to understand the pretended anachronism of its scattered and distant territorial basis, we shall not understand either that Hawaii should ever be one of the states of the United States of America; and if we see a stumbling-block in the fact that this small province is inlaid in Hindustan, we shall have to conclude that Alaska cannot but belong to Canada.

In Eastern lands and seas Portuguese India represents a well-defined type of culture and civilization, a characteristic expression of the West. Small and unassuming though it be, it has been and can continue to be a meeting place and a link between East and West; it is not a breeding ground of hostile feelings or policies against the peoples of the Indian sub-continent; it is the vehicle of a flame of faith, the leaven of a different view of life.

These reasons led me to conclude that the fate of our State of India could not be the subject of negotiations for Portugal to let go of it, as though it were an object to be given away or sold: it would be to negotiate over something that was impossible. But for clearly asserting this we were accused in the Indian Congress of displaying a mentality of the 16th or 17th century. The accusation contains an obvious confusion, for precisely what could be, and was sometimes, done then, cannot be done today because it goes against the principles of modern public law. In support of what I am saying I quote a sentence from the English historian Toynbee:



«A dynastic compact by which provinces and their inhabitants are transferred from one owner to another like estates with their livestock is revolting to the susceptibilities of our democratic age» (\*).

It was absolutely necessary, then, to safeguard Portuguese sovereignty. But once the latter had been asserted I frankly recognized there were many problems created by the fact that we were neighbours with adjacent territories and that they provided ample material for negotiations and agreements: political, like security agreements, and economic and cultural. Up to now, however, these suggestions and friendly dispositions have not met with any reply or reaction.

## II

Obsessed by the policy of annexation of the Portuguese territories, which it calls by the euphemism of «peaceful integration», the Indian Union is doggedly and in cold blood travelling the road that leads from mere threats and displays of bad neighbourliness to acts of aggression against Portuguese sovereignty. And because it seems to be doing so without quite recognizing its responsibilities, it will be just as well to bring out, even if only briefly, some of the juridical aspects of the question.

Let it not be considered pedantry or impertinence. The Prime Minister, Mr. Nehru, gets himself into rather awkward situations, it seems to us, when he tries to make some of his political aims fit in with juridical principles. The confession he makes in his autobiography that he finished his law studies «with neither glory nor ignominy» («An Autobiography», p. 25) is not a sufficient reason. To have forgotten in the course of a stormy political existence what he learned

---

(\*) Arnold Toynbee, «A Study of History», p. 286.

from his professors is not an excuse either when one is responsible for a great State and prides oneself on lofty doctrinal attitudes.

In its long and painful journey mankind has little by little defined a certain number of rules governing co-existence and regulating the relations of human societies with each other, thus creating a state of law. The process is not yet finished, but civilized nations believe it their duty and interest to submit to this body of standards, and they all see that observance of the law greatly contributes to the security of the big nations and for the small ones is the very guarantee of existence.

When it was formed, the Indian Union found an international society already constituted, the mere existence of which imposes on each member a certain juridical discipline in his foreign relations. By the act of setting itself up as a sovereign State and specially and above all by joining the United Nations, the Indian Union became obliged to move not only in the sphere of the system of laws which it itself establishes by contract, but also in the sphere of pre-existent law applicable to all the civilized members of international society. To state, as has been done in New Delhi, that by coming into being in the 20th century the Union is not concerned with treaties or legal standards preceding its own formation may be expedient in order to get out of temporary embarrassments but it cannot be upheld in terms of law.

And while on this subject, before examining how the Union has observed some of the precepts of that generally applicable law in its relations with Portugal, let us note one or two points in passing.

The Indian Union and Pakistan come into being in history and law as the result of a concordant act of will on the part of the British Nation and the population living in a given territory—a population and territory which could only be those which constituted the Empire of India. To



imagine that this act of transcendent importance which gave rise to the formation of two great independent States has anything to do with Portugal or Portuguese India is juridically preposterous. The parallel occurrence, if it were possible, would take place as an internal affair of the Portuguese State, not between the Indian Union and Portugal.

Another point. In the Indian Union this problem of the foreign territories sometimes comes out in the form of strange literary metaphors, and sometimes it is a point in a revolutionary independence program. The «ugly pimples on the beautiful face of India», it seems, are a stimulus for speechmaking politicians, who in the same order of ideas must look upon Pakistan and Ceylon as repulsive wounds on that fairest of faces, whence the Indian Union, stepping from the field of literature into that of politics, may perhaps draw conclusions at some future date. Without going into the propriety of the figure of speech, it is obvious that poetical images are not a sufficient source of right, and we have to deplore that in the Indian Union literature dominates politics and that it is her gentle poetry which is shooting at peaceable Portuguese.

Neither as a point in a revolutionary program has the liberation of territories anything to do with areas that were outside the British Empire from which the Union disconnected itself, for the latter's first duty is precisely to respect the pre-existing sovereignties independent of the Empire. After its establishment as a State the Indian Union found before it, as far as Goa was concerned, a foreign sovereignty; and for this reason a number of cases of unwarranted interference, in the name of that program, are not a matter of domestic policy and fall within the competence of international law.

But let us return to the main point: the examination in the light of law of the Indian Union's behaviour towards the Portuguese Nation.

### III

Despite all the efforts made by the press bureaus of the Union in every country to give its own version of events and its government's attitude, the prevailing impression, which corresponds exactly to what has happened, is already the following :

- 1) There are permanent threats, materializing into hostile actions against the interests and life of the populations of the Portuguese State of India and of the Goans living in Union territory.
- 2) A land blockade of the Portuguese territories has been set up by administrative measures.
- 3) Propaganda has been made, and permission given, for the organization in Union territory of armed bands, pretently composed of Goans but in fact almost entirely of individuals foreign to the Portuguese community, for the purpose of carrying out subversive movements in Portuguese India.
- 4) Police or other armed forces have given open protection and support to the invasion of territories of Portuguese India by these bands, and the territories attacked have been isolated so that they cannot be aided by the Portuguese authorities.
- 5) There has been collaboration in acts of pretended liberation of the attacked territories.
- 6) There has been propaganda, organization and support for demonstrations or movements of peaceful appearance but subversive character, to take place in the Portuguese territories. These movements are the same as those which the Prime Minister, Mr. Nehru, considers in his autobiography to be an instrument of direct and revolutionary action and, as such, open to the legitimate repression of the State challenged,



a doctrine which is correct and, be it said in passing, does not permit him to make us responsible for the results.

And all this for the purpose of annexing territories, the Portuguese sovereignty over which is not and has never been in the least disputed by the Indian Union. The intention is avowed so insistently that it cannot be ignored; the «peaceful» way of fulfilling it is that which I have indicated, with the possible developments implied in repeated threats.

All these are acts which the conscience and moral code of Nations reprobate and which, for this reason and if for no other because they violate the right of another State, are deemed forbidden by international law. Indeed, the fundamental principle of international law, the starting-point accepted and recognized by the consensus of international doctrine and jurisprudence, is respect for the rights of others. And not only by doctrine and jurisprudence but also by international agreements.

In article 2 of the United Nations Pact, of which the Indian Union is a signatory, the members of the organization abstain, in their foreign relations, from resorting to the threat or use of force, either against the territorial integrity or the political independence of any State, or in any other way incompatible with the ends of the United Nations; and these ends, according to article 1 of this same Pact, are to maintain international peace and security, develop friendly relations between nations, and implement international co-operation.

In the preamble to the United Nations Charter, which gives a good idea of its whole spirit, we read of the Nations' resolve to practise tolerance and live in peace with each other in a spirit of good-neighbourliness; and the Rio de Janeiro Declaration of 1947 defined «the good-neighbour policy» as «the expression of the respect due to the fundamental right

of States». There is no doubt that this fundamental right of States, being a natural right, subsists independently of particular agreements and includes the right of preservation and the right of autonomy and independence.

The so-called fundamental or basic principles of international co-existence are so clear to the conscience of peoples and they compel such general recognition that the Indian Union and China specified them in the agreement over Tibet and expressly referred to them at the close of their recent conference in New Delhi. Emphatically and as though they had just made a valuable discovery they attribute to these principles the virtue, indeed unquestionable, of constituting solid foundations for peace and security if only they be implemented in international relations. It is worth while mentioning them: mutual respect for territorial integrity and for sovereignty; non-aggression; non-interference in the other party's internal affairs; reciprocal equality and benefits; peaceful co-existence.

The principles exist, then, and happily they have been expressly accepted or proclaimed by the Indian Union. We need only set them side by side with the facts to conclude that the Indian Union, particularly of late, has resolved to violate in its relations with Portugal the duties incumbent on it as a member of international society and especially and above all as a member of the United Nations—a member who by an irony of fate now has the chairmanship of the organization's General Assembly.

For not observing or for violating the principles in question States can be called to account: international jurisprudence has always held them responsible for failing to obey the rules of international law or for any action or omission contrary to international obligations, whatever the authority of the State whose action or omission it is. And we find States always called to account when the facts in-



volved are invasion, attack with open force, support given to armed bands, or any direct or indirect use of force.

Whatever the precariousness and inconsistency of sanctions in international life in this time of ours, I believe it serves a purpose to denounce acts which violate the law as clearly as those committed by the Indian Union. One would really have to despair of justice if competent international bodies, on being pressed, were to shirk the duty of declaring, as already various Nations have fearlessly declared, that by its behaviour towards Portuguese India the Indian Union is breaking the law and is guilty of acts of aggression.

#### IV

I wonder if in the conflict thrust upon the existence of the small Portuguese territories in Hindustan there are not other causes than those which first meet the eye. The West's policy towards India has been friendly and full of solicitude, in the hope of a large amount of trade and also, on a loftier plane, in order to preserve a possible source of economic and moral support in the event of war. Yet whatever the importance in such a case of the huge sub-continent, the problem cannot, it seems, be reduced to these simple terms; on the contrary, the attitudes and services anticipated presuppose that the solution to another problem has been found or at least that the way to it has been cleared.

The Indian Union, which has only just come upon the stage of history as an independent political entity, seems to be at a difficult cross-roads, at the climax of a serious hesitation. From the West it has received a beginning of industrialization, the robe of constitutional principles, and the skeleton of the administrative mechanism set up by England — all this proclaimed, set in motion, and guaranteed (so far as it can be) by a slender political layer, whose outstanding

figures I believe are still those who were educated or shaped by the English. From the East, that is to say from itself, as from vast depths whose surface alone is touched by the stir of politics and politicians, India has a whole economic and social structure and a philosophic and religious outlook, which were able to confer character on a civilization but did not succeed, in the course of many centuries, in building a solid Nation or constituting a lasting State. The great anxiety, then, comes from the dilemma facing India: either she melts down and re-casts her own personality or it is to be feared that some day she may again be a victim of new divisions and a prey of new conquerors. The conflicting tendencies at work in the minds of the leaders and among the submissive multitudes are the source of the serious discrepancies between words and deeds, laws and habits, intentions and realizations—pacifist intentions and unfriendly or bellicose realizations—, between theoretical liberties and odious practical restrictions, longing for humanitarian progress and the dead weight of countless divisions.

The way for the Indian Union to acquire immunity from the dangers which will continue to threaten its structure as a State and its life as a Nation is not, it seems, to isolate itself in an ill-conceived policy of mistrust and hostility to the countries of the West, but to continue to absorb from the latter everything it has to offer, shorn of political ambitions and outdated imperialism, in the way of technology, juridical institutions, improved standards of living, and principles of social co-existence.

But if India chooses the road of segregating herself from the world in order to keep intact the principles which have shaped her development for thousands of years, the whole edifice of democratization or constitutionalization on the European model will collapse, and the hopes will utterly vanish which were placed in the flowering of that independence as well as of the vaunted liberties, for instance in the matter



of religion. The Indian Union would be well-advised if it postponed until the time for that supreme choice the pursuit of a policy which at present, even aside from offending against the law, is devoid of logic or fairness.

If there is any Western country whose hand India can take without fear in territory adjacent to her own, if anyone can represent the light of the West in the East without offence or humiliation and without being a source of dissensions or danger, that country is Portugal. The campaigns of hate which give rise to the hostile actions against Portuguese sovereignty are in the Indian Union a weapon of petty politics; they are in no way a serious State necessity. That is the reason why even at this moment I feel reluctant to abandon all the hope and confidence which I have always placed in the clear-sightedness of those responsible for leading that country.

## V

In this deplorable conflict forced on us by the Indian Union right is undoubtedly on our side. To heal the breach, to prevent the conflict being carried to its extreme consequences, the Government has indefatigably resorted to all the means at its command—political, diplomatic and military—without departing from the prudence required by circumstances or from the line of dignity demanded by the justice of the cause and the sacred character of our right.

International reactions reveal understanding and sympathy: in numerous countries the question is followed with the greatest interest, more for love of justice and for the prestige of law than because of the weight of the material interests at stake. The marks of support and affection which have come from various quarters, and not only from countries where there are special political ties explaining them, as in the case of Brazil, England or Spain, mean that in the present

decay there nevertheless exist strong feelings of moral solidarity which are aroused the moment a common danger is observed on the horizon.

In such a serious emergency, accordingly, everything has been mobilized, except the conscience of the Nation. From the very start that conscience has burst into view, spontaneous and eager, vibrating with emotions which we had never witnessed but we knew existed in the depths of the Portuguese soul. Little India lives in the heart of Portugal and there has never been so much unanimity among all the Portuguese as when they felt that it might be in danger. From all sides, from overseas Portugal and from foreign countries, there comes the same appeal, the same call: keep Goa, with the help of possessions, of arms, of men, of the young and the old, of prayers and sacrifices, keep it as the dearest treasure of the Lusitanian family and history. I believe there is not a single Portuguese, whatever his ideological or political divergences, who does not share this feeling and vibrate with emotion over this issue which is truly a national one.

When big nations prepare to drag small peoples into such serious situations, appeals are heard from many sides urging the necessity of being realist. Realism, no doubt, is a sound and balanced state of mind, but it applies to things and facts and not to the moral sphere. Right remains right, even if there is not sufficient strength to make it prevail or if geographical reasons prevent a full use of strength; duty remains duty, even when fulfilling it represents a sacrifice that is useless by the current scale of values.

We shall be realist in understanding that the Indian Union, if it places itself beyond the pale of ethics and the law, can make life in the tiny Portuguese territories practically impossible; it has on its side the superiority conferred by initiative, it has proximity and its great size and material strength. But the Indian Union will in turn be realist, if it



takes the reprobation of the universal conscience into account. It will be realist if it clearly sees that all its legitimate interests as a neighbouring State are reconcilable with the existence of Goa and that by ignoring Goa's existence it will damage many of its interests there and elsewhere beyond repair. It will also be realist if it understands that on our side there is not the whim of a government but the unmistakable imperative of a Nation which believes it owes it to dignity to denounce violations of the law and to defend the territory inherited from its ancestors. In India blood has already flowed, has it? Portuguese blood is well known to India — in the sea and in the earth, and in the veins and souls of its people.

OFICINAS GRÁFICAS  
CASA PORTUGUESA  
RUA DAS GÁVEAS, 103  
L I S B O A





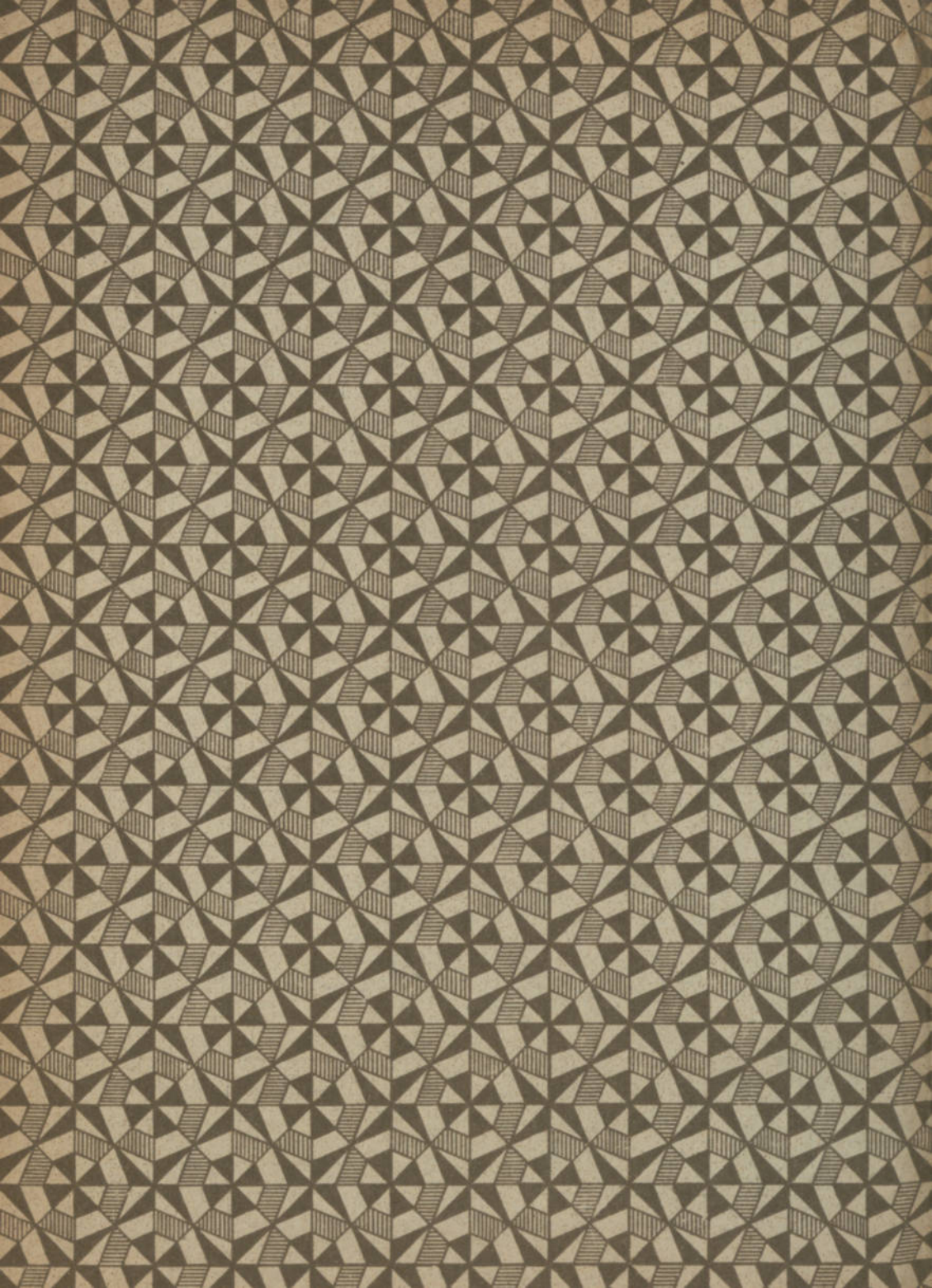
BOOKS

**S·N·I**

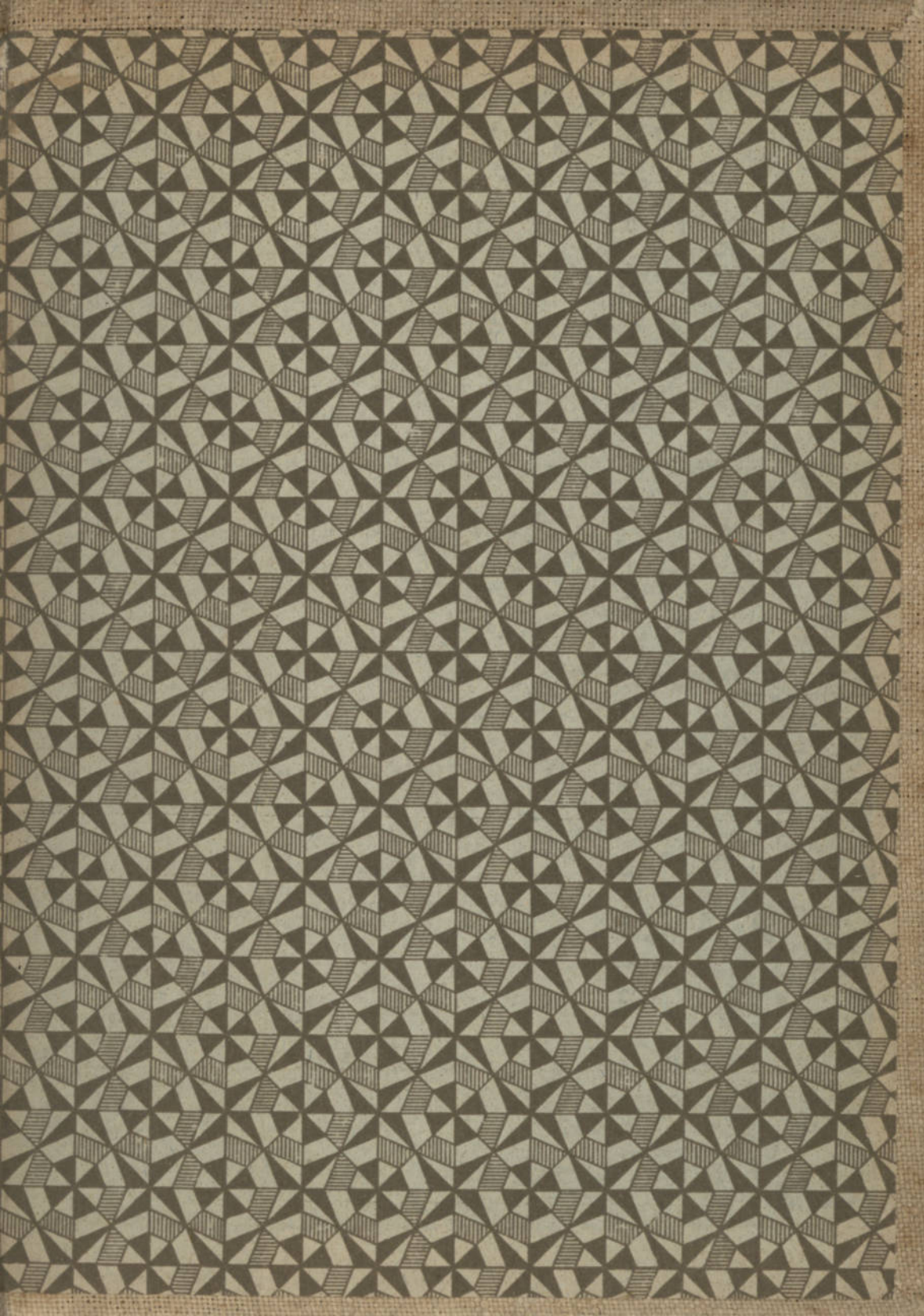
LISBON













NB



\*EFG0000516591\*

S